

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS - CCSH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE  
ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

**Eron da Silva Domingues**

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFSM: PROPOSTAS  
PARA ELABORAÇÃO DE UM INSTRUMENTO DE  
AVALIAÇÃO**

Santa Maria, RS  
2016

**Eron da Silva Domingues**

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFSM: PROPOSTAS PARA  
ELABORAÇÃO DE UM INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Gestão de Organizações Públicas**.

**Orientador: Prof. Dr. Alberto Souza Schmidt**

Santa Maria, RS  
2016

## Ficha catalográfica

**Eron da Silva Domingues**

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFSM: PROPOSTAS PARA  
ELABORAÇÃO DE UM INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Gestão de Organizações Públicas**.

Aprovado em 05 de agosto de 2016:

---

**Alberto Souza Schmidt, Dr. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

---

**Angela Weber Righi, Dra. (UNIFRA)**

---

**Denis Rasquin Rabenschlag, Dr. (UFSM)**

Santa Maria, RS  
2016

## AGRADECIMENTOS

*A conclusão deste trabalho se deu pela ajuda, compreensão e dedicação de várias pessoas. Agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para o término desta Dissertação e deixo meu agradecimento em especial:*

- ✓ *A Deus, por guiar-me sempre pelos caminhos do bem;*
- ✓ *À Nossa Senhora Aparecida por me atender nos momentos de dificuldade;*
- ✓ *À minha família pela compreensão durante minha ausência;*
- ✓ *À minha mãe Telma Domingues, que mesmo não tendo oportunidades de estudar, sempre me incentivou e ajudou-me a chegar onde cheguei;*
- ✓ *À minha esposa Ana Heinrichs, pela estimada ajuda e força nos momentos difíceis e de angústia e desânimo;*
- ✓ *Ao meu orientador professor Alberto Schmidt pela valorosa contribuição e por ajudar a tornar essas ideias uma realidade;*
- ✓ *Aos entrevistados pela estimada ajuda no desenvolvimento do trabalho;*
- ✓ *Aos membros da Banca Examinadora pela presteza, disponibilidade e considerações finais que vieram a enriquecer o estudo.*
- ✓ *Aos professores do Curso, pelas dicas e ensinamentos;*
- ✓ *Aos meus colegas Vilmar Assunção, Danilo Freitas pela camaradagem nas viagens e nos trabalhos apresentados e em especial ao Marco Aurélio pela parceria e ajuda nos momentos de indecisão;*

*Enfim, a todos àqueles que fizeram parte dessa caminhada e que de alguma forma contribuíram para meu crescimento profissional e também pessoal.*

## RESUMO

### EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFSM: PROPOSTAS PARA ELABORAÇÃO DE UM INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

AUTOR: Eron da Silva Domingues  
ORIENTADOR: Alberto Souza Schmidt

Este trabalho analisou a extensão na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), buscando responder como se configuram os processos de avaliação dessas ações. O estudo dissertou sobre a universidade e seu papel na sociedade, fez um breve resgate histórico da extensão nas universidades brasileiras, sob a forma de pesquisa documental. Ele caracterizou as ações de extensão conforme dados institucionais e conforme a opinião de especialistas, assim como, analisou a avaliação da extensão nas dimensões da Política de Extensão da UFSM. A abordagem utilizada na construção do estudo foi a quali-quantitativa e a coleta de dados foi feita através da pesquisa documental e de entrevistas semiestruturadas aplicadas a especialistas da área de extensão universitária da Universidade Federal de Santa Maria. A análise de conteúdo e a triangulação foram os métodos utilizados para elaboração e discussão dos resultados. Foram utilizados como parâmetro para discussão, o sistema de avaliação do ensino superior português, proposto pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a Política Nacional de Extensão, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI-UFSM) e a Política de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria. O estudo chegou a conclusões a respeito das ações de extensão da UFSM. Elucidou os processos de avaliação e propôs subsídios relevantes para o início da elaboração de um Instrumento de Avaliação para a extensão universitária da UFSM.

**Palavras-chave:** Extensão Universitária. Ensino Superior. Avaliação.

## **ABSTRACT**

### **EXTENSION IN THE UNIVERSITY UFSM: PROPOSALS TO AN ASSESSMENT INSTRUMENT**

**AUTHOR:** Eron da Silva Domingues

**ADVISOR:** Alberto Souza Schmidt

This study examined the extent to Federal University of Santa Maria (UFSM), seeking to answer how to configure the evaluation process of these actions. The study spoke about the university and its role in society, made a brief historical review of the extension in Brazilian universities, in the form of documentary research. He characterized the extension actions as institutional data and according to expert opinion, as well as analyzed the assessment of the extent of the dimensions of UFSM Extension Policy. The approach used in the construction of the study was qualitative-quantitative and data collection was done through documental research and semi-structured interviews applied to experts of the university extension of the Federal University of Santa Maria. Content analysis and triangulation were the methods used for preparation and discussion of results. Were used as parameters for discussion, the evaluation system of the Portuguese higher education proposed by the Assessment and Accreditation Agency for Higher Education (A3ES), the National System of Higher Education Assessment (SINAES), the National Policy extension, the Plan Institutional Development (PDI-UFSM) and Extension Policy of the Federal University of Santa Maria. The study reached conclusions about the extent of shares of UFSM. Elucidated the processes of evaluation and proposed relevant subsidies for the early development of an Evaluation Instrument for university extension of UFSM.

**Keywords:** University Extension. Higher education. Evaluation.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	9
1.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO: TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA.....	10
1.2 OBJETIVOS .....	11
1.2.1 Objetivo geral .....	11
1.2.2 Objetivos específicos .....	12
1.3 JUSTIFICATIVA.....	12
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	13
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL</b> .....	15
2.1 A UNIVERSIDADE E O SEU PAPEL NA SOCIEDADE .....	15
2.2 BREVE HISTÓRICO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS .....	17
2.3 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO BRASILEIRO ATUAL .....	19
<b>3 A INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE NA VISÃO DE UNIVERSIDADES DE PORTUGAL E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DA UFSM</b>	21
3.1 UNIVERSIDADE DO MINHO: BREVE CARACTERIZAÇÃO .....	21
3.2 UNIVERSIDADE DE COIMBRA: BREVE CARACTERIZAÇÃO .....	22
3.3 AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA UNIVERSIDADE DO MINHO E NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA.....	24
3.4 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA: BREVE APRESENTAÇÃO	26
3.5 A EXTENSÃO NO CONTEXTO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA UFSM .....	28
3.6 PROJETOS DE EXTENSÃO: AS SEÇÕES QUE FORMAM O TODO.....	29
3.7 AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO NA UFSM.....	30
3.8 A GESTÃO ORGANIZACIONAL DE PROJETOS .....	32
<b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	35
4.1 DELINEAMENTO E DEFINIÇÃO DE TERMOS.....	35
4.2 COLETA DE DADOS.....	37
4.3 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS .....	40
<b>5 RESULTADOS</b> .....	42
5.1 CARACTERIZAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO DA UFSM DE ACORDO COM DADOS INSTITUCIONAIS .....	42



5.2 CARACTERIZAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO DA UFSM CONFORME A OPINIÃO DE ESPECIALISTAS .....	46
5.3 ANÁLISE DO MÉTODO DE AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO EM TODAS AS SUAS DIMENSÕES .....	53
<b>5.3.1 Análise inicial</b> .....	53
<b>5.3.2 Análise intermediária</b> .....	54
<b>5.3.3 Análise final</b> .....	55
<b>5.3.4 Política de gestão das ações de extensão da UFSM</b> .....	55
5.3.4.1 <i>Método de avaliação</i> .....	56
5.3.4.2 <i>Planejamento de ações</i> .....	57
5.3.4.3 <i>Controle das ações de extensão</i> .....	60
<b>5.3.5 Política de Extensão da UFSM</b> .....	62
5.3.5.1 <i>Conhecimento e utilização</i> .....	63
5.3.5.2 <i>Relação Universidade-Sociedade</i> .....	66
5.3.5.3 <i>Equilíbrio entre ensino-pesquisa-extensão</i> .....	69
<b>6 PROPOSTAS PARA A ELABORAÇÃO DE UM INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO DA UFSM</b> .....	73
6.1 CONTRIBUIÇÕES FINAIS PARA O FECHAMENTO DO DEBATE .....	73
6.2 PROPOSTAS E IDEIAS PARA ELABORAÇÃO DO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO PARA A UFSM.....	76
<b>7 CONCLUSÃO</b> .....	78
<b>8 REFERÊNCIAS</b> .....	81
<b>APÊNDICES</b> .....	84

## 1 INTRODUÇÃO

A educação superior brasileira, embora tenha crescido em nível de abrangência, ainda caminha em direção à uma melhor qualidade e consolidação de ideias e formas de proporcionar ações que ajudem no desenvolvimento do potencial humano, intelectual e social do nosso país.

Entende-se que, o ensino superior tem uma missão nobre na produção e difusão do conhecimento, pois de forma geral, conta com o respeito e o apoio da sociedade para implantar ações que vise ao fortalecimento, ampliação e consolidação das bases educacionais da população.

Observa-se que, para uma universidade obter o reconhecimento proposto com sua criação, a extensão universitária deve levar o conhecimento de dentro das universidades para o seu propósito real de aplicação, ou seja, a sociedade, gerando assim ganhos em todas as esferas do grupo envolvido, tanto estudantes, como professores, técnicos administrativos, a comunidade e a região onde situa-se a instituição universitária.

Este trabalho buscou informações teóricas no sentido de elucidar os processos de avaliação das ações de extensão da Universidade Federal de Santa Maria, assim como, dar contribuições para melhorar a integração entre o ensino, pesquisa e extensão, as formas de gestão, organização e efetivação dessas ações no âmbito da Instituição, buscando a consolidação e o constante equilíbrio como universidade comprometida com sua visão e missão.

Confirmando o exposto, Ribeiro (2011) afirma que a extensão universitária assume na universidade atual sua função de prática social, tendo como objetivo primeiro o ato educativo, porque, além de meramente prestar serviços à comunidade, promove o aprimoramento do ensino e da pesquisa, assim como a formação de profissionais. Por isso afirma-se que a extensão tem um papel fundamental na construção da cidadania e de um novo modelo de sociedade.

No entender de Freire (2006), para fazer extensão universitária é necessário compreender o outro como sujeito histórico, cultural, respeitando seus valores e cultura. Neste sentido, estes movimentos da extensão revestem-se da horizontalidade e do conhecimento e respeito à cultura do local onde se desenvolve, e assume um compromisso com as mudanças.

Desta forma, a instituição que possuir as bases fortes no campo do ensino, da pesquisa e uma política de extensão universitária dinâmica, aliada com um modelo eficiente de avaliação

de projetos e ações sustentáveis, estará se consolidando realmente em termos de gestão e desenvolvimento como universidade comprometida com seus pares e o futuro da nação.

### 1.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO: TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

A extensão universitária é a ponte entre o conhecimento obtido através do ensino e da pesquisa e sua relação com a sociedade. Com ela, o conhecimento deixa de ser meramente pronto e acabado em livros e outros documentos, tornando-se realmente aproveitado pela comunidade regional e circunvizinha da instituição.

Conforme análise prévia da documentação institucional, tomando como base inicial para o esboço a documentação que ilustra a UFSM em números e também na página institucional, constatou-se que a quantidade de projetos de extensão é quatro (4) vezes menor que a de projetos de pesquisa.

A literatura traz muitos enfoques sobre a extensão universitária, e praticamente todos se referem ao ideal de perfeito equilíbrio entre ensino, pesquisa e extensão, para que desta forma, as instituições de ensino superior, possam confirmar suas práticas voltadas as necessidades de seu tempo, mantendo seus compromissos de envolver os segmentos da sociedade com ações que ajudem no desenvolvimento integral da nação.

A extensão universitária é considerada um dos três pilares da educação superior, e, no entanto, quando dados institucionais como os supracitados foram publicados, deixaram uma certa inquietação sobre o que poderia ser feito para que as ações de extensão na forma de projetos ou programas, fossem mais valorizadas e pretendidas como as de pesquisa conseguem ser.

Desde o primeiro Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras em 1987, na cidade de Brasília (DF) a extensão universitária já foi conceituada como um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.

De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), ao se reafirmar o compromisso social da universidade como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social, a extensão se coloca como prática acadêmica que objetiva interligar a universidade, em suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da sociedade.

Conforme o exposto, os critérios de ações de extensão já exigem posições bem definidas a respeito dos objetivos elencados pelos projetos de extensão. Assim, tornou-se relevante o conhecimento mais aprofundado das ações de extensão da UFSM e dos formatos de avaliação das mesmas, para assim identificar se havia ou não um sincronismo entre as práticas extensionistas e a legislação que trata do assunto.

O objetivo foi entender de que forma elas estavam apresentadas na Instituição, assinalar os pontos positivos, os negativos, as possíveis falhas, para assim, através desse trabalho, propor subsídios para a elaboração de um instrumento de avaliação que traga melhorias e que venha a facilitar e contribuir com a forma de gestão da extensão universitária na Universidade Federal de Santa Maria.

Através dessa linha de pensamento, chegou-se à conclusão de que, para se propor algo novo, era preciso conhecer um pouco mais as ações de extensão da UFSM ao longo de sua história, o que já foi realizado e o que se esperava para o futuro, se fazendo necessário para tal, trazer as ideias de especialistas na área, ou seja, pessoas que se envolveram e que estão envolvidas com o assunto, assim como, referências e experiências bem-sucedidas de outros países com o tema examinado. Assim, o estudo chegou ao grande problema norteador: Como são configurados os processos de avaliação das ações de extensão na Universidade Federal de Santa Maria?

## 1.2 OBJETIVOS

Na sequência, estão descritos os objetivos geral e específicos, que orientaram o presente estudo e que deram suporte à busca de respostas para a problemática em questão.

### 1.2.1 Objetivo geral

Propor ideias e subsídios para o desenvolvimento de um instrumento de avaliação das ações de extensão para a Universidade Federal de Santa Maria.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- Fazer uma caracterização das ações de extensão da UFSM de acordo com dados institucionais;
- Caracterizar a extensão da UFSM conforme a opinião de especialistas;
- Analisar o método de avaliação das ações de extensão da UFSM em todas as dimensões da Política de Extensão.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

É constatada através do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) - UFSM (2011), a preocupação da Instituição para com as melhorias nas ações de extensão que já existem, assim como, para as futuras iniciativas. Os documentos institucionais que esboçam a UFSM em números, apontavam para um distanciamento da extensão universitária em relação ao ensino e principalmente à pesquisa, quando na verdade deveriam estar em equilíbrio ou próximo disso.

As ações de extensão na Instituição são desenvolvidas principalmente por projetos e programas, assim, se fez necessário um estudo mais detalhado de como eram coordenados e executados, quais os entraves que prejudicavam tais ações, se eram de ordem financeira, se esses recursos eram igualitários entre os três pilares da educação, como também, quais eram os principais problemas identificados no atendimento a essas demandas (PDI-UFSM, 2012).

Com o aumento da população universitária, a Universidade Federal de Santa Maria teve que se adaptar às novas demandas por projetos de ensino, pesquisa e extensão, deixando muitas vezes certo grau de inquietude por parte dos gestores, quanto à maneira de medir ou avaliar tais ações.

Evidências apontavam para uma avaliação insatisfatória desses projetos, ou seja, não forneciam elementos suficientes para determinar se realmente os objetivos propostos haviam sido atingidos por eles. Isso poderia fazer com que a extensão fosse prejudicada, pois sem o conhecimento do verdadeiro contexto das ações, pelas pessoas envolvidas no processo, elas poderiam se enfraquecer perante a comunidade acadêmica, deixando até de serem atrativas no meio institucional.

De acordo com a Política Nacional de Extensão (2012), ao se afirmar que a extensão é parte indispensável do pensar e fazer universitários, assume-se uma luta pela institucionalização

dessas atividades, tanto do ponto de vista administrativo como acadêmico, o que implica a adoção de medidas e procedimentos que redirecionam a própria política das universidades.

Ao reafirmar o compromisso social da universidade como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social, a extensão se coloca como prática acadêmica que objetiva interligar a universidade, em suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da sociedade.

Na concepção de Vargas (2009), a implantação de um modelo administrativo de avaliação de projetos, visa a excelência no alcance dos objetivos através da orientação das atividades das diversas áreas organizacionais para o mesmo fim, aumentando assim as chances na busca dos objetivos.

Considerando o exposto, o presente estudo se justificou, pois, a UFSM precisava atender essa demanda substancial no atendimento aos estudantes e as suas regiões de abrangência, necessitando-se no mesmo grau de importância, de uma extensão universitária forte, fidedigna e em perfeita harmonia com o ensino e a pesquisa.

Conforme exemplos bem-sucedidos em instituições de excelência em Portugal, mais precisamente nas Universidades do Minho (UMINHO) e Universidade de Coimbra (UC), percebe-se que, recolher informações, ideias e subsídios para a futura construção de um instrumento de avaliação preciso, dinâmico, facilitador, que atenda as exigências do mundo atual e que seja embasado por opiniões de pessoas que vivenciaram fortemente ou que estão vivenciando a extensão na Instituição, poderá ser uma contribuição para a UFSM, desenvolver suas atividades de extensão universitária.

Portanto, essas ações poderão exercer um papel fundamental para a Instituição no cumprimento de sua missão de construir e difundir conhecimento. Sendo esta reconhecida perante a sociedade em que atua, como uma instituição de excelência conforme PDI-UFSM (2011), comprometida com a comunidade local e regional, gerando orgulho nos cidadãos ao ouvirem dizer que em seu meio, interagindo com eles, existe uma das melhores universidades do Brasil e do Mundo.

#### 1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Este trabalho está dividido em oito (8) capítulos, contendo suas respectivas seções e subseções, sendo o primeiro deles composto pela introdução, tema, problema de pesquisa,

objetivos e justificativa do estudo. No segundo, estão apresentados o referencial teórico e as legislações que regem os princípios educacionais brasileiros. O terceiro contém o tema, algumas experiências em duas universidades consideradas de excelência sediadas em Portugal e o contexto na UFSM. No quarto capítulo, estão apresentados o método, desenho da pesquisa, objeto de estudo, a coleta e análise dos dados. Já o quinto, contém os resultados e a discussão. O sexto capítulo apresenta as propostas de ações para a elaboração de um instrumento de avaliação para as ações de extensão da UFSM. O sétimo traz a conclusão e por fim, o oitavo apresenta as referências e os apêndices.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

O trabalho utilizou como teoria geral a extensão universitária, pois é nela que está “ancorada” a problemática em questão. O estudo dissertou sobre a universidade e seu papel na sociedade, um breve histórico da extensão no Brasil, no contexto atual e no contexto das Universidades do Minho e de Coimbra, ambas de Portugal.

A pesquisa contou como teoria de foco, as ações de extensão na UFSM, a Política Nacional de Extensão Universitária (PNExt), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a Política de Extensão da Universidade, os projetos e a avaliação dos mesmos, assim como, a gestão de projetos, para a aquisição de subsídios importantes durante o processo de criação e desenvolvimento das propostas de ações para o futuro desenvolvimento do instrumento de avaliação da extensão, objetivo geral do presente estudo.

### 2.1 A UNIVERSIDADE E O SEU PAPEL NA SOCIEDADE

A universidade em nosso país, sempre foi alvo de discussões a respeito de sua autonomia e sentido lógico de aplicabilidade. Para muitos críticos, um número expressivo de alunos com acesso ao Ensino Superior, não passa de mero assistencialismo político, mas para outros, uma maneira eficaz de dar acesso à informação, à formação e o aumento do dinamismo cultural de um povo.

No Brasil, historicamente o Ensino Superior sempre foi marcado por grandes dificuldades, principalmente em sua própria criação. No Brasil Colônia as tentativas de criação de universidades encontraram resistência tanto de Portugal, quanto de brasileiros que consideraram mais eficaz a realização dos estudos em nível superior na Europa. Diversas tentativas frustradas ocorreram por mais de um século. Àquelas que ocorreram ao longo do período Colonial e Monárquico foram sufocadas por Portugal, visto que tais iniciativas denotavam sinais de independência de âmbitos cultural e político em relação à metrópole (FÁVERO, 2006).

A educação superior tem por objetivo principal formar cidadãos mais críticos e preparados para atuarem nas mais diversas áreas do conhecimento sob as bases de três pilares fundamentais, o ensino a pesquisa e extensão.



Vindo ao encontro do exposto, Pivetta et al. (2010), destacam que:

Pensar as funções da universidade hoje, pautadas em princípios democráticos e transformadores, implica adentrar novos paradigmas que possibilitam olhares ampliados, além do diálogo entre os diferentes saberes disciplinares e a integração entre ensino, pesquisa e extensão (PIVETTA, et al. 2010 p. 378).

Assim, oriunda dessas dificuldades históricas da própria criação da universidade no Brasil, estão as políticas de expansão, pois não se pode pensar em consolidação universitária sem a preocupação com a sociedade como um todo, e não apenas para uma pequena minoria mais abastada.

Em uma óptica mais geral, Riaga e Rubiano (2011), reforçam a validade do tema e sua importância como função fundamental que deve ser examinado em detalhes, perante suas necessidades para com o ambiente, projetando-se o seu conhecimento e fornecendo soluções para problemas específicos dos países latino-americanos em uma interação de duas vias que enriquece a universidade e a sociedade.

Em 1937, o Ministério da Educação apoiou a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), mediante a reunião do Conselho Nacional dos Estudantes, e a Casa do Estudante do Brasil seria sua sede administrativa. Nesse contexto, destaca-se o crescimento do ensino universitário por meio da criação das primeiras universidades como a Universidade de São Paulo, Universidade de Porto Alegre e a Universidade do Brasil (PRADO; YARI, 2014).

Para Martins (2009), a Reforma Universitária de 1968 ocasionou duas circunstâncias distintas no ensino superior brasileiro, pois de um lado se modernizou grande parte das universidades federais, estaduais e confessionais que incorporaram algumas mudanças propostas pela reforma. Por outro lado, Martins afirma que:

[...]: a Reforma de 1968 abriu espaço para a consolidação de um ensino superior privado o que significou que as instituições estariam voltadas para mera transmissão de conhecimentos com objetivos essencialmente profissionalizantes, dissociados das atividades de pesquisa. Assim, este sistema privado possuiu um caráter mercadológico que se destinou a suprir demandas do mercado educacional (Martins, 2009 p. 1).

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN-1996) objetivou várias mudanças no interior do ensino superior, dentre elas, alterações nas estruturas curriculares das universidades como a extinção do currículo mínimo, aumento da autonomia e a flexibilidade da grade curricular.

O ensino superior é um componente fundamental para essas mudanças, pois tem o objetivo de fazer com que as tendências pedagógicas se aproximem mais da sociedade, visando a atender suas necessidades e anseios.

E vindo ao encontro dessas ideias, em 1998, a Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI a UNESCO afirmou que:

[...]: Sem uma educação superior e sem instituições de pesquisa adequadas que formem a massa crítica de pessoas qualificadas e cultas, nenhum país pode assegurar um desenvolvimento endógeno genuíno e sustentável e nem reduzir a disparidade que separa os países pobres e em desenvolvimento dos países desenvolvidos. O compartilhar do conhecimento, a cooperação internacional e as novas tecnologias podem oferecer oportunidades novas para reduzir esta disparidade (UNESCO, 1998, p 1).

Segundo Cavalcante (2008), o Programa Universidade para Todos (PROUNI), somado à expansão das universidades federais e ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), ampliam o número de vagas na educação superior e visam a contribuição para o cumprimento de uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), que tem por objetivo ampliar o número de brasileiros inseridos no Ensino Superior.

Ribeiro (2011, p. 88) menciona que:

[...]: a universidade não é uma instituição neutra; ela estará sempre a serviço de seu tecido social: na formação de profissionais; na promoção de seus serviços e na transformação do saber acadêmico como um bem público, com a responsabilidade social de levá-lo a todos, estabelecendo parcerias com a sociedade para a construção de um projeto impresso com a dignidade humana e com a democracia social.

A autora afirma nesse parágrafo a importância atribuída à universidade como fator de transformação do homem perante a sociedade, e concordando com suas ideias, achamos de extrema importância social para o país, o fato de cada vez mais pessoas poderem cursar uma faculdade.

## 2.2 BREVE HISTÓRICO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

A extensão universitária tem uma grande importância para o desenvolvimento social de nossa nação, pois é a ferramenta que pode levar o conhecimento produzido nas universidades

para as camadas menos favorecidas da nossa sociedade, gerando assim ganhos em todas as esferas do grupo envolvido, tanto estudantes como o país em geral.

Em 1906, havia relatos de extensão universitária nos países da América Latina, na Universidade de La Plata na Argentina, mais precisamente no Instituto de Física desta unidade, apresentando uma característica importante de estar sempre ligada ao ensino e a investigação. De acordo com os cenários que iam surgindo, concluíam que era relevante estar inserida no contexto social e histórico para então validar as atividades de extensão nas universidades (RIAGA; RUBIANO, 2011).

Um estudo feito por Jezine (2001) aponta que as primeiras experiências de extensão universitária no Brasil ocorreram na Universidade Livre de Manaus, criada em 1909, no Ciclo da Borracha, e na de São Paulo e do Paraná em 1911, corroborando para o indício de que o ensino e a pesquisa, não podem caminhar sozinhos. Faz-se necessária uma articulação chamada extensão contra os problemas sociais de seu tempo.

Para Rocha (2001) a extensão universitária na América Latina tem uma historicidade própria e há registros de sua prática antes mesmo do aparecimento do termo “extensão”. Nesse sentido, ele apresenta quatro movimentos expressivos de sua conceituação: transmissão vertical do conhecimento e a extensão serviço; a ação voluntária sócio comunitária; a ação sócio-comunitária-institucional e o acadêmico institucional. O autor afirma que as atividades de extensão foram muito criticadas tanto pelo caráter assistencialista quanto domesticador das comunidades.

Nas palavras de Ribeiro (2011), foi a Reforma de Córdoba que impulsionou a universidade a estar mais envolvida com os problemas sociais, pois se entende que, a partir de então, a extensão universitária se pôs em evidência, passando a apresentar certa inter-relação entre o saber científico, desenvolvido nas universidades, com o saber oriundo do senso comum. Nascia, assim, o ideal de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

No ano de 1987, nascia o primeiro Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), com o primeiro encontro nacional realizado no mês novembro do mesmo ano em Brasília/DF. Desde então, a entidade está voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, buscando o comprometimento com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia (RENEX, 2016).

A extensão é entendida em termos de difusão da cultura e de integração da universidade com a sociedade. As vias de implementação serão, naturalmente, os cursos de extensão e divulgação de conhecimentos científicos e artísticos. Trata-se de uma concepção que compreende a função da universidade como “doadora” de conhecimento, pretendendo impor uma “sapiência” universitária a ser absorvida pelo povo (NETO, 2002).

Dessa forma, fica muito clara a orientação de que a universidade deve ser construída não só como centros formadores de cidadãos, mas principalmente como instituições geradoras de ideias e propostas para melhorar as funções e estruturas sociais. Os fundamentos desse pensamento estão numa extensão universitária processual, comprometida com mudanças sociais, com vínculos ideológicos e pensada a partir de ideais humanos.

### 2.3 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO BRASILEIRO ATUAL

De acordo com Ribeiro (2011), da Reforma Universitária implantada pela Lei nº5540/68, até a promulgação da Constituição Federal de 1988, poucas mudanças em termos de diretrizes políticas foram implantadas no âmbito da educação superior no Brasil. A Constituição Federal de 1988 (art. 207) e a LDB nº 9394/96 (art. 53) tratam especificamente da autonomia universitária e da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, reforçando legalmente a função e a responsabilidade social da universidade.

Para a autora supracitada, a Instituição de Ensino Superior representa para a sociedade moderna uma instituição capaz de dar significado à existência de um povo, de uma nação atuante na sua era.

Teixeira (2007) diz que a história de todos os países que floresceram e se desenvolveram é a história de sua cultura, e a história de sua cultura é hoje, a história das suas universidades, significando assim, que a universidade tem uma função para além da difusão do conhecimento. Trata-se, segundo o mesmo autor, de conservar o saber vivo e não morto, nos livros ou no empirismo das práticas não intelectualizadas.

De acordo com Política Nacional de Extensão Universitária se faz necessário, dentre outras considerações, para o enfrentamento dos novos desafios e aproveitamento de novas oportunidades, reafirmar a Extensão como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, além de indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade, conquistar o reconhecimento, por parte do

Poder Público e da sociedade brasileira, da Extensão Universitária como dimensão relevante da atuação universitária, integrada a uma nova concepção de Universidade Pública e de seu projeto político-institucional (PNext, 2012).

Uma universidade que se quer pautada por paradigmas democráticos e transformadores deverá, necessariamente, revisitar seus processos de pesquisa, ensino e extensão, valorizando, também, os saberes do senso comum, confrontados criticamente com o próprio saber científico, comprometendo a comunidade acadêmica com as demandas sociais e com o impacto de suas ações transformadoras em relação a tais demandas. Desse modo, na formação acadêmica ocorrem mudanças. A formação deve ser concebida de forma crítica e plural, não podendo se restringir simplesmente à transmissão de ensinamentos em sala de aula (FORPROEX, 2006, p. 41-42).

A extensão universitária é um mecanismo que a universidade pode fazer uso de diversas formas, seja realizando ações de prestação de serviços à comunidade universitária e de seu entorno ou oferecendo atendimento à comunidade e levando seu conhecimento por meio de cursos, seminários, laboratórios e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população. É isso que o SINAES considera ser a responsabilidade social da instituição, uma contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico, a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural (RIBEIRO, 2011).

Um dos passos fundamentais em direção à universalização da Extensão Universitária está em sua inclusão nos currículos, flexibilizando-os e imprimindo neles um novo significado com a adoção dos novos conceitos de sala de aula e de eixo pedagógico. É importante ter claro que não se trata apenas de aproveitamento de créditos oriundos de atividades extensionistas, para efeitos de integralização curricular ou de criação de novas disciplinas relacionadas com a Extensão Universitária, mas, sim, de sua inclusão criativa no projeto pedagógico dos cursos universitários, assimilando-a como elemento fundamental no processo de formação profissional e de produção do conhecimento (PNext, 2012, p. 31).

De acordo com Nunes e Silva (2011), faz-se necessário resgatar a legitimidade da universidade perante a sociedade, que sustenta o ensino superior, tornando possível a realização de uma reflexão crítica para sua transformação, bem como possibilitar a materialização do princípio constitucional de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

### **3 A INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE NA VISÃO DE UNIVERSIDADES DE PORTUGAL E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DA UFSM**

Neste capítulo, o trabalho dissertou brevemente sobre experiências de extensão universitária e avaliação de tais ações no contexto de duas importantes instituições de Portugal, sendo elas a universidade de Coimbra (UC) e a Universidade do Minho (UMINHO). Elas foram escolhidas justamente por serem referências mundiais em qualidade de ensino, figurando no ranking das melhores universidades do mundo e também pela familiaridade com a língua, durante o processo de aquisição de informações a respeito do assunto tratado na construção da pesquisa.

A extensão universitária, ou interação com a sociedade como é denominada em Portugal, está presente nas universidades públicas do país sob a forma de uma constante relação universidade/sociedade, objetivando sempre a resolução de problemas do cotidiano e também visando ao desenvolvimento da região onde estão inseridas.

#### **3.1 UNIVERSIDADE DO MINHO: BREVE CARACTERIZAÇÃO**

A Universidade do Minho (UMINHO) é uma instituição de ensino superior pública de Portugal, que recebeu os primeiros estudantes no ano letivo de 1975/1976. Tem sede na cidade de Braga, Largo do Paço, dispondo de dois polos Universitários, um em Gualtar (Braga) e Azurém (Guimarães). A UMINHO tem autonomia administrativa e financeira e o seu modelo organizacional assenta numa base matricial que potencializa a realização da sua missão e objetivos, salvaguardando a eficiência na utilização dos seus recursos (UMINHO, 2012).

A universidade tem como missão gerar, difundir e aplicar conhecimento, firmado na liberdade de pensamento e na pluralidade dos exercícios críticos, promovendo a educação superior e contribuindo para a construção de um modelo de sociedade baseado em princípios humanistas, tendo o saber, a criatividade e a inovação como fatores de crescimento, desenvolvimento sustentável, bem-estar e solidariedade.

A Universidade do Minho ocupa posições de liderança e excelência no ensino superior entre as universidades portuguesas conforme dados do reputado CWTS Leiden Ranking, que mede a qualidade e o impacto da produção científica a nível mundial. O Leiden é reconhecido internacionalmente como um dos melhores centros mundiais de avaliação da qualidade da

produção científica e seu impacto. Este ranking permite diversas comparações e normaliza um conjunto de indicadores, tornando-os independentes da dimensão da instituição (CWTS, 2015).

A Reitoria considera que os resultados alcançados pela UMINHO confirmam o percurso de afirmação da instituição como uma universidade de investigação, que aposta fortemente na inovação e na ligação à sociedade, fruto do esforço e empenho de toda a comunidade académica, em particular dos seus docentes e investigadores.

A Universidade do Minho promove ações de interação com a sociedade, dentre outros, através de contribuições para a compreensão pública da cultura, da análise e da apresentação de soluções para os principais problemas do quotidiano, de parcerias para o desenvolvimento social e económico, nos contextos regional, nacional ou internacional.

Essa importante interação com a sociedade vem desde sua criação. Esta é uma imagem e marca de que a instituição se orgulha, que foi sendo interiorizada pela Academia e valorizada pela comunidade envolvente, sendo o resultado de uma extensa rede de parceiros dos domínios económico, social e cultural.

A relação com a sociedade realiza-se através de duas dimensões fundamentais, sendo elas, a interação com o tecido económico e produtivo envolvente e a atividade cultural. Ela busca o desenvolvimento social e económico da região em que se insere e para o conhecimento, defesa e divulgação do seu património natural e cultural (UMINHO, 2016).

### 3.2 UNIVERSIDADE DE COIMBRA: BREVE CARACTERIZAÇÃO

A Universidade de Coimbra é a mais antiga do país e uma das mais antigas do mundo. Os primeiros documentos de sua origem datam de 1290, e citam a criação do Estudo Geral Português, com a assinatura do documento “*Scientiae thesaurus mirabilis*”, por D. Dinis (1 de março), confirmado pela bula “*De statu regni Portugaliae*” do papa Nicolau IV (9 de agosto), com as Faculdades de Artes, Direito Canónico (Cânones), Direito Civil (Leis) e Medicina. A Universidade começa a funcionar em Lisboa e em 1308 é transferida para Coimbra, alternando entre as duas cidades até 1537, quando se instala definitivamente na cidade do Mondego.

Inicialmente confinada ao Palácio Real, a Universidade espalhou-se por Coimbra, modificando a paisagem, tornando-a uma cidade universitária, alargada com a criação do Polo II, dedicado às engenharias e tecnologias, e de um terceiro Polo, devotado às ciências da vida.

Estudar na Universidade de Coimbra é dar continuidade à história da matriz intelectual do país, que formou as mais destacadas personalidades da cultura, da ciência e da política nacional.

Com mais de sete séculos, a Universidade de Coimbra (UC) conta com um patrimônio material e imaterial único, uma peça fundamental na história da cultura científica europeia e mundial, uma riqueza que em 2010, a UC se candidatou a Patrimônio Mundial da UNESCO.

A Universidade de Coimbra é por excelência, uma das melhores instituições de ensino superior conforme os resultados na edição de 2016 do CWUR, que reforçam o bom desempenho da UC nos diferentes rankings universitários internacionais, vindo a demonstrar que ela consegue se posicionar sistematicamente entre a elite das melhores instituições de ensino superior do mundo, estando atualmente no top 500 dos rankings internacionais mais relevantes (CWUR, 2016).

A UC é uma instituição de criação, análise crítica, transmissão e difusão de cultura, de ciência e de tecnologia que, através da investigação, do ensino e da prestação de serviços à comunidade, contribui para o desenvolvimento econômico e social, para a defesa do ambiente, para a promoção da justiça social e da cidadania esclarecida e responsável e para a consolidação da soberania assente no conhecimento.

Desde 2011 a UC desenvolveu o seu Plano Estratégico, tendo um dos principais objetivos a ambição de projetar a Universidade de Coimbra num rumo de excelência. O processo de planeamento estratégico agenda e estabelece as principais linhas de orientação, bem como as ações e critérios de avaliação que facilitem o alinhamento dos recursos, de modo a satisfazer as necessidades e corresponder às expectativas de todos aqueles a quem a UC pretende servir e que serão afetados por essas escolhas.

De acordo com o documento, a Universidade possui um compromisso forte com seus pares, inclusive com sociedade, recebendo assim, durante o processo de planeamento, preciosas indicações quanto às áreas onde se tem obtido resultados positivos e sobre aquelas em que são necessárias melhorias.

Um dos objetivos principais do Planeamento Estratégico 2015-2019 da UC é o de fortalecer o papel motor da Instituição no desenvolvimento econômico, social e cultural e incrementar a sua capacidade de intervenção, nacional e internacional, através da intensificação da ligação à sociedade, do meio envolvente e do reforço da transferência de conhecimento, valorizando o seu valor acrescentado.



A Universidade de Coimbra considera fundamental incrementar e consolidar as iniciativas de aproximação à sociedade, assegurando a motivação e mobilização de todos para a afirmação do conhecimento como fator de progresso, de sucesso e como elemento essencial para o desenvolvimento econômico-social (UC, 2016).

### 3.3 AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA UNIVERSIDADE DO MINHO E NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A Universidade do Minho e a Universidade de Coimbra, assim como todo o Sistema de Ensino Superior de Portugal são avaliadas externamente pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES).

A fundação A3ES é de direito privado, constituída por tempo indeterminado, dotada de personalidade jurídica e reconhecida como de utilidade pública. É independente no exercício das suas competências, sem prejuízo dos princípios orientadores fixados legalmente pelo Estado e tem como missão garantir a qualidade do ensino superior em Portugal, através da avaliação e acreditação das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos, bem como no desempenho das funções inerentes à inserção de Portugal no sistema europeu de garantia da qualidade do ensino superior.

De acordo com o modelo de Avaliação da A3ES, a avaliação da qualidade e a acreditação do ensino superior tem por objetivo o desempenho dos estabelecimentos de ensino, medindo o grau de cumprimento da sua missão através de parâmetros de desempenho relacionados com a respectiva atuação e com os resultados dela decorrentes.

A avaliação da qualidade e a acreditação nas universidades do Minho e Coimbra, desenvolvem-se através da criação de Sistemas Internos de Garantia da Qualidade (SIGAQ), que são auditados institucionalmente para obtenção de certificação; auto avaliação dos estabelecimentos de ensino superior, em relação a cada ciclo de estudos em funcionamento; avaliação externa por uma Comissão de Avaliação Externa (CAE) constituída por peritos independentes, nacionais e estrangeiros, e que incluem estudantes.

As CAEs analisam os guias de auto avaliação submetidos pelas instituições de ensino superior nas datas estabelecidas pela A3ES, visitam os estabelecimentos de ensino e reúnem-se com a direção da IES, a equipe de auto avaliação, os responsáveis pelo ciclo de estudos em avaliação, bem como com representantes dos docentes, estudantes, pessoal não docente, antigos

alunos e entidades externas como, por exemplo, empregadores, parceiros e membros da comunidade envolvente.

O Sistema Interno de Garantia da Qualidade da Universidade do Minho (SIGAQ-UM) tem por finalidade promover a política para a qualidade em todas as vertentes da missão institucional, abrangendo, de forma sistemática, todas as atividades desenvolvidas pela Universidade, procurando dar resposta aos desafios levantados pelos padrões e orientações europeias para a garantia da qualidade no interior das instituições de ensino superior.

O SIGAQ-UM contempla uma abordagem integrada e holística à qualidade e à garantia da qualidade na Universidade, nomeadamente no que se refere à definição explícita de padrões internos para a qualidade e à organização dos procedimentos e instrumentos de garantia da qualidade estruturados como um sistema bem documentado e aplicado de forma consistente.

Com essa finalidade em vista, o SIGAQ-UM promove a definição e documentação dos elementos estruturantes para a implementação da política para a qualidade, nomeadamente: A estratégia institucional e os padrões para a qualidade; As responsabilidades dos diferentes órgãos e níveis de gestão nos processos de garantia da qualidade; Os processos de monitorização, controle, reflexão e posterior intervenção, com vista à melhoria contínua; As formas de participação de estudantes, pessoal docente, investigador e não docente e de parceiros externos; A organização e melhoria contínua do sistema e o modo de monitorização e revisão da política para a qualidade.

O SIGAQ-UM, conta com duas estruturas fundamentais de coordenação e apoio: A Comissão de Acompanhamento, que assegura o acompanhamento e coordenação estratégica do sistema e os Serviços para a Garantia da Qualidade (SGAQ), como estrutura logística de apoio e coordenação funcional.

De acordo com a A3ES (2013), os Sistemas de Avaliação e Acreditação possuem o intuito de apoiar as instituições na implementação dos seus sistemas internos de garantia da qualidade e, por essa via, contribuir para a promoção e difusão de uma cultura da qualidade nas instituições, a Agência promove a elaboração de estudos comparativos, a nível europeu, com vista a analisar as principais tendências em matéria de especificação e certificação dos referidos sistemas internos.

A partir da identificação e caracterização de casos de boas práticas, retira-se ensinamentos úteis para a concessão e desenvolvimento do modelo de auditoria institucional a adotar no País, bem como alguns elementos que possam ser orientadores para as instituições,

sem prejuízo, no entanto, da flexibilidade necessária para o desejável desenvolvimento de abordagens inovadoras que possam surgir no âmbito do exercício da autonomia institucional (A3ES, 2013).

#### 3.4 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA: BREVE APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) foi a primeira universidade federal criada no interior, fora de uma capital brasileira. Esse fato representou um marco importante no processo de interiorização do ensino universitário público no Brasil e contribuiu para o Rio Grande do Sul tornar-se o primeiro estado da Federação a contar com duas universidades federais.

Idealizada e fundada pelo Prof. Dr. José Mariano da Rocha Filho, foi criada pela Lei N. 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960, com a denominação de Universidade de Santa Maria (USM). O ato oficial de criação da Universidade Federal de Santa Maria deu-se juntamente com a criação da Universidade Federal de Goiás, no dia 18 de março de 1961, em cerimônia realizada em praça pública, na cidade de Goiânia, ocasião em que o então Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira discorreu sobre a necessidade de interiorizar o ensino superior oficial (PDI, 2011-2015).

Ela tem como missão construir e difundir conhecimento, comprometida com a formação de pessoas capazes de inovar e contribuir com o desenvolvimento da sociedade, de modo sustentável e como visão, ser reconhecida como uma instituição de excelência na construção e difusão do conhecimento, comprometida com o desenvolvimento da sociedade, de modo inovador e sustentável.

A diretriz estratégica da UFSM tem ainda a finalidade de promover a sinergia entre os atores institucionais, estimulando a integração, o trabalho coletivo e também a ampliação da participação da comunidade universitária na tomada de decisão. A dimensão institucional expressa a filosofia da Universidade, marcando a sua posição como uma instituição pautada pelo seu compromisso social de construir o conhecimento e promover a formação de pessoas que respeitam valores essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e comprometida com as grandes questões planetárias.

A dimensão relação com a sociedade reforça o seu compromisso social e seus objetivos fundamentais e especiais, assegurados no estatuto, especialmente na promoção de

transformação social que tenha como alicerces o conhecimento, a inovação e a sustentabilidade, acesso e acessibilidade e inserção social decorrentes das mais diversas áreas de atuação da UFSM.

A dimensão excelência acadêmica explicita o compromisso assumido na missão e na visão de ser uma Instituição de excelência, voltada para o constante desenvolvimento e qualificação de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. A dimensão aprendizado organizacional demonstra a preocupação permanente da Instituição em promover o desenvolvimento das pessoas em todas as suas potencialidades. Além disso, fica explicitada nessa dimensão a necessidade de criar mecanismos para a retenção do conhecimento e também a reestruturação acadêmica, física e administrativa, o processo de comunicação interna e externa da Instituição (PDI, 2011-2015).

A UFSM, ao longo de sua história, sempre se preocupou em avaliar as suas atividades acadêmicas, porém, por meio de iniciativas pontuais e setORIZADAS, pois até o final da década de 1980 não existia no Brasil, um processo de avaliação global para as universidades. A avaliação institucional configura como uma importante ferramenta de gestão, sendo um diferencial da nova administração. A avaliação da educação superior brasileira adquiriu novos aspectos com a aprovação da Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Entre as principais alterações, destaca-se a avaliação institucional, procedida em três modalidades: a avaliação interna, a avaliação externa e a avaliação dos estudantes. Na UFSM, o processo de avaliação interna, também chamado de auto avaliação, é coordenado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), enquanto a avaliação externa é realizada por comissões designadas pelo INEP.

A primeira CPA da UFSM foi constituída em julho de 2004. Hoje, a CPA é designada pela Portaria nº 69.860 de 19/03/2014, a 8ª portaria da CPA na história da UFSM. A estrutura da avaliação na UFSM é composta pela CPA e por 15 Comissões Setoriais de Avaliação (CSA), vinculadas a cada Unidade Universitária. Nesse aspecto, percebe-se o interesse da CPA em descentralizar o processo, fortalecendo as Unidades Universitárias e proporcionando que o trabalho seja realizado de forma mais específica, garantindo maior participação da comunidade acadêmica.

Nesse contexto, o trabalho desenvolvido pela CPA/UFSM tem como objetivo principal instituir na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) o processo de avaliação institucional

como prática permanente e pressuposto de controle de qualidade, no sentido de garantir padrões de desempenho esperados pela sociedade, como também atender o estabelecido pelo SINAES (UFSM, 2016).

Conforme o exposto, a UFSM visa a cumprir todos os requisitos do SINAES, buscando sempre a qualidade das ações de controle e aumento da qualidade dos serviços prestados por ela para a comunidade acadêmica e para a população em geral.

### 3.5 A EXTENSÃO NO CONTEXTO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA UFSM

A extensão universitária forma juntamente com o ensino e a pesquisa um conjunto de ações que objetiva sempre um constante equilíbrio em produção, aprendizado e difusão do saber, formando conjuntamente as bases do ensino superior.

Conforme PDI (2011), a UFSM, desde 1995, adotou políticas internas na área da extensão. Como partícipe do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão – (FORPROEX), entidade criada em 1987 pelos Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras, vem pautando suas políticas em relação às metas traçadas pelo Plano Nacional de Extensão, aprovado pelo fórum, em 1998.

De acordo com o documento, atividades de extensão da UFSM ocorrem no âmbito das unidades e subunidades por meio de programas, projetos e ações que promovem a interação da Instituição com o seu ambiente externo. A Pró-Reitoria de Extensão (PRE), órgão de assessoria da Administração Central, atua no fomento, acompanhamento, divulgação e desenvolvimento da área de extensão.

Portanto, os resultados obtidos com a conclusão da investigação e análise dos processos de avaliação das ações de extensão e a coleta de subsídios para a elaboração de um Instrumento de Avaliação, poderão servir de apoio às futuras decisões que envolvam a reelaboração e adequação das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de Santa Maria.

A UFSM foi uma das pioneiras na elaboração de uma política própria para os assuntos relacionados à extensão universitária. O documento que dispõe sobre a Política de Extensão da UFSM (2008), dimensiona alguns pontos essenciais para o andamento das ações em suas unidades e subunidades, objetivando de uma forma geral disponibilizar à sociedade

conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, infraestrutura material e recursos humanos para a elaboração e implementação das políticas públicas voltadas ao benefício da população.

O conteúdo do documento relata a busca da reversão dos problemas que afetam a população, em especial nos espaços do entorno da Universidade, através das ações extensionistas, visando a obter o reconhecimento da Instituição como organismo legítimo de construção, acompanhamento e avaliação de políticas públicas de abrangência social.

Sua concepção orienta-se pelos critérios da indissociabilidade das áreas do ensino, pesquisa e extensão, objetivando proporcionar à sociedade aportes de conhecimentos destinados a superar os entraves de seu desenvolvimento e/ou de complementaridade às suas necessidades cotidianas (UFSM, 2008).

Portanto, a Política de Extensão da Universidade possui também o objetivo de articular as ações comuns entre universidade e sociedade, nos seguimentos de caráter artístico, cultural, educativo, tecnológico e científico, visando a atender as demandas da população envolvida e também da região onde está inserida e desenvolve suas atividades. Uma universidade que atende plenamente a esses requisitos, estará muito próxima de atingir o estado de excelência e consolidação universitária.

### 3.6 PROJETOS DE EXTENSÃO: AS SEÇÕES QUE FORMAM O TODO

A Resolução n.º 25/08 estabelece normas de regulamentação, registro e avaliação das ações de extensão no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria e caracteriza projeto de extensão como um conjunto de ações processuais e contínuas de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico. O projeto deve ter o objetivo bem definido e prazo determinado, podendo estar vinculado a um programa (forma preferencial) ou ser registrado como ação sem vínculo.

A Universidade Federal de Santa Maria preconiza três requisitos básicos para as ações de extensão em seu âmbito, sendo: a elaboração do projeto seguindo as normas da comissão de extensão, o registro do projeto no Gabinete de Projetos (GAP) via Sistema Informações Educacionais (SIE), e por último, a avaliação feita pelos membros da comissão de extensão.

Os projetos de extensão seguem uma estrutura geralmente de cinco (5) a dez (10) páginas contendo os dados de identificação, resumo, introdução e justificativa, objetivos divididos em geral e específicos, metas, resultados e impactos esperados, metodologia da ação

de extensão, assim como, os indicadores de avaliação, cronograma, recursos, justificativa de aplicação dos recursos e referências bibliográficas.

Para o estudo em questão, o item relevante para a proposta de trabalho será o de indicadores de avaliação. Nele, estará alicerçado todo o foco do processo de investigação e possíveis propostas de melhorias.

### 3.7 AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO NA UFSM

Toda ação planejada e executada deve prever um processo de avaliação para verificar se os objetivos, metas e resultados esperados efetivamente foram alcançados. Deve-se indicar o método de avaliação (quantitativa / qualitativa), as técnicas e os instrumentos. Também deve indicar quem participará do processo de monitoramento e avaliação, com destaque para o nível de participação dos beneficiários da ação de extensão (UFSM, 2014).

De acordo com a Política de Extensão da UFSM (2008), os Instrumentos de Avaliação das ações de extensão seguem a proposta básica do documento intitulado “Diagnóstico da Extensão Universitária Brasileira”, desenvolvido pela Comissão Permanente de Avaliação do FORPROEX, orientado por cinco grandes dimensões, sendo elas a Política de gestão, Infraestrutura, Relação universidade-sociedade, Plano acadêmico e Produto acadêmico.

Quadro 1 - Dimensões da Política de Extensão da UFSM

<b>DIMENSÕES</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Dimensão 1	Política de gestão
Dimensão 2	Infraestrutura
Dimensão 3	Relação universidade-sociedade
Dimensão 4	Plano acadêmico
Dimensão 5	Produto acadêmico

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na avaliação dos projetos, de acordo com a Política de Extensão, a UFSM deveria utilizar para cada uma destas dimensões, categorias e indicadores, a serem analisados sob os

aspectos qualitativos e quantitativos. Deveriam também serem indicados os procedimentos metodológicos, as técnicas e as possíveis fontes de informação.

De acordo com o documento, a avaliação deveria acontecer interna e externamente, como um processo de medição considerando metas e resultados efetivos. A definição de uma política que contenha os mecanismos da avaliação, além de aferir o trabalho realizado, também servirá para atender o Censo da Educação Superior aplicado anualmente pelo Ministério de Educação (MEC) em conjunto com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), assim como, atender a necessidade da UFSM em obter um diagnóstico das suas ações de extensão.

O apontamento discorre que o processo de avaliação permitirá à Instituição uma definição do seu real perfil na área extensionista, o dimensionamento da produção por áreas temáticas e linhas de extensão, bem como proporcionaria informações sobre o impacto da atividade universitária no desenvolvimento da comunidade e a contribuição da extensão na formação profissional dos acadêmicos da UFSM.

Sendo assim, percebe-se que a Política de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria tem relevante preocupação com a avaliação das ações de extensão em seu âmbito acadêmico. Para tanto, são determinados como propósitos institucionais, conforme UFSM (2008):

- Estabelecer princípios para avaliação da extensão universitária;
- Definir critérios para o acompanhamento e a análise dos resultados da avaliação da extensão;
- Elaborar uma metodologia de avaliação da extensão universitária, com a identificação dos instrumentos necessários ao processo de avaliação (o que se quer avaliar; o grau e quantidade do planejado e do executado; o alcance e impacto das ações junto ao público beneficiário);
- Criar um sistema de indicadores para avaliação da extensão universitária, a ser posteriormente incluído no SIE/UFSM;
- Tornar permanente a avaliação institucional das ações de extensão universitária, como parâmetro de avaliação da própria Universidade;



- Inserir a Universidade nos diferentes fóruns de discussão e elaboração de políticas públicas, visando o reconhecimento da Instituição como organismo legítimo de acompanhamento da implantação de tais políticas.

De acordo com o exposto, a UFSM, desde a criação de sua Política de Extensão, buscou obter instrumentos capazes de fortalecer as ações de extensão contribuindo para o desenvolvimento da comunidade e a formação acadêmica dos envolvidos.

### 3.8 A GESTÃO ORGANIZACIONAL DE PROJETOS

Na perspectiva de Vargas (2009), projeto é um empreendimento não repetitivo, caracterizado por uma sequência clara e lógica de eventos, com início, meio e fim que se destina atingir um objetivo claro e definido, sendo conduzido por pessoas dentro de um parâmetro pré-definido de tempo, custos, recursos envolvidos e qualidade.

Ainda concordando com o autor, a maioria das pessoas que começa a trabalhar com projetos não sabe que passos seguir para planejar, executar e controlar um projeto de maneira eficaz, perdendo assim muito tempo com mudanças no trabalho e redefinição de prioridades. Por esse motivo é de grande importância saber o passo a passo do processo de criação e de gestão eficaz de um projeto.

Logo, quando se pensa em um projeto, apesar de já compreender seu conceito, características e fases, é muito comum não conseguir visualizar o projeto como um processo cíclico, com etapas organizadas cronologicamente, que devem ser respeitadas devido à necessidade de manter o processo organizado e com suas etapas bem definidas, com a finalidade de facilitar para os gestores a administração das tarefas e da equipe (SILVEIRA, 2011).

Para Vargas (2009), todo projeto tem sua origem em um problema ou uma oportunidade. Pode-se considerar que o não aproveitamento de uma oportunidade representa um problema para a organização. As estruturas organizacionais refletem diretamente os projetos por elas gerenciados, uma vez que a importância dada ao assunto do projeto, a disponibilidade dos envolvidos e o interesse da organização são influenciados diretamente pela natureza da estrutura organizacional adotada pela instituição.

Com as colocações do autor, observa-se que a estrutura tradicional deve ser substituída por uma estrutura orientada, que possua a capacidade de responder de maneira satisfatória as mudanças e também que seja passível de avaliações constantes e transformadoras.

Uma gestão organizacional de projetos eficaz é definida como um conjunto de ferramentas que permite ao executivo desenvolver habilidades requeridas para lidar com as contingências e com as situações sempre novas que o ambiente de mudança contínua impõe (VARGAS, 2009).

De acordo com Kerzner (2002), gerenciamento de projetos é planejamento, direção, organização e controle de recursos organizacionais em um dado empreendimento, levando-se em conta custos e desempenhos estimados.

Para confirmar o proposto anteriormente, destaca-se a contribuição de Valeriano (2001), na qual o autor ressalta que, para se atingir o principal objetivo da administração, e alcançar a excelência em gerenciamento ou gestão de projetos é necessário a definição de uma estrutura de apoio, que deve contar com um escritório ou setor de gerenciamento de projetos.

No caso específico da Universidade Federal de Santa Maria, tem como estrutura de apoio aos projetos e ações de extensão, o então denominado Gabinete de Projetos (GAP), onde são registrados, ou ao menos deveriam ser, todos os projetos e programas desenvolvidos nos respectivos Centros, no âmbito da Instituição em questão.

De acordo com Soto (2010) a estrutura organizacional, em geral, é uma descrição do trabalho de uma instituição por meio de pequenas unidades que se coordenam entre si para que as tarefas exigidas pela estratégia de uma organização sejam cumpridas. Entende-se que, as estruturas organizacionais devem responder aos desafios contemporâneos, organizando os grupos que, no conjunto, possam realizar com eficácia as tarefas necessárias para a consecução das metas.

#### Quadro 2 – Síntese dos principais conceitos

(Continua)

AUTORES	SÍNTESE DAS IDEIAS E CONCEITOS
Ribeiro (2011)	A extensão universitária assume na universidade atual sua função de prática social, tendo como objetivo primeiro o ato educativo, promovendo o aprimoramento do ensino e da pesquisa, assim como a formação de profissionais.
Freire (2006)	Para fazer extensão universitária é necessário compreender o outro como sujeito histórico, cultural, respeitando seus valores e cultura, assumindo compromissos com a mudança.

Quadro 2 – Síntese dos principais conceitos

(Conclusão)

PNE	A extensão se coloca como prática acadêmica que objetiva interligar a universidade, em suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da sociedade, sendo parte indispensável do pensar e fazer universitário.
PDI-UFSM (2011)	Preocupação da Instituição para com as melhorias nas ações de extensão que já existem, assim como, para as futuras iniciativas.
Vargas (2009)	A implantação de um modelo de avaliação de projetos, visa a excelência no alcance dos objetivos através da orientação das atividades das diversas áreas organizacionais na busca dos objetivos.
Pivetta et al. (2010)	A educação superior tem por objetivo formar cidadãos mais críticos e preparados para atuarem nas mais diversas áreas do conhecimento sob as bases de três pilares fundamentais, o ensino a pesquisa e a extensão.
Riaga e Rubiano (2011)	Destacam a validade do tema e sua importância como função fundamental para com o ambiente, projetando-se o seu conhecimento e fornecendo soluções em uma interação de duas vias que enriquece a universidade e a sociedade.
Ribeiro (2011)	Inter-relação entre o saber científico, desenvolvido nas universidades, com o saber oriundo do senso comum. Ideal de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
Neto (2002)	A extensão é entendida como difusora da cultura e de integração entre universidade e sociedade. Trata-se de uma concepção que compreende a função da universidade como “doadora” de conhecimento, pretendendo impor uma “sapiência” universitária a ser absorvida pelo povo.
Teixeira (2007)	A história de todos os países que floresceram e se desenvolveram é a história de sua cultura e a história das suas universidades, significando assim, que a universidade tem a função de conservar o saber vivo e não morto, nos livros ou no empirismo das práticas não intelectualizadas.
Kerzner (2002)	Gerenciamento de projetos é planejamento, direção, organização e controle de recursos organizacionais em um dado empreendimento, levando-se em conta custos e desempenhos estimados.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base nessas informações, tornou-se necessário aprofundar a investigação buscando saber como essas ações estavam apresentadas na Universidade Federal de Santa Maria.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo descreve os termos, o tipo de pesquisa e os métodos utilizados para que os resultados fossem obtidos e respondidos de forma adequada e em conformidade com os objetivos propostos pelo estudo.

### 4.1 DELINEAMENTO E DEFINIÇÃO DE TERMOS

Com base nos objetivos, a pesquisa foi exploratória, de abordagem quali-quantitativa, pois teve como foco principal proporcionar maior familiaridade com o problema tornando-o mais explícito, e passível de intervenções, assim como, objetivando a melhoria dos processos.

O estudo fez uso de métodos quantitativos para atingir e desenvolver de forma coerente o primeiro objetivo específico, complementando as ideias qualitativas e trazendo subsídios necessários para o desenrolar da investigação em todas as suas dimensões.

Em conformidade com o exposto, entende-se que a pesquisa em administração é um campo multidisciplinar, que necessita de aportes em diversas áreas para elucidar a complexidade de suas inúmeras variáveis. Evidências apontam para uma nova reflexão sobre os métodos de pesquisas nas Ciências Sociais e Humanas, onde apenas uma abordagem não consegue esclarecer as questões e dúvidas devido à grande complexidade existente no âmbito dela (ARAÚJO; GOMES; LOPES, 2012).

Os demais objetivos específicos foram alcançados através de métodos qualitativos, pois na construção das bases teóricas acerca da sustentação do estudo, se utilizou da pesquisa documental visando a obtenção da teoria norteadora da investigação. Os dados qualitativos coletados através das entrevistas foram relevantes para responder à questão magna e balizadora desta Dissertação.

Pode-se dizer que as pesquisas têm como objetivo primordial a “lapidação” de ideias ou levantamento de novas intuições. Colaborando com a afirmação, Gil (2012) diz que na imensa maioria dos casos, pesquisas desse tipo envolvem não só contato, como também a análise aprofundada de documentos que têm por finalidade a compreensão da problemática do estudo.

A abordagem qualitativa na investigação da problemática em discussão, partiu de questões ou focos de interesses amplos, que foram se definindo à medida que o estudo se desenvolveu, abrangendo a obtenção de dados descritivos sobre pessoas e processos interativos

pelo contato direto com a situação estudada. Ele procurou compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos participantes da situação em estudo (GODÓY, 1995).

Os aspectos essenciais da pesquisa qualitativa consistem:

[...]: na escolha adequada de métodos e teorias convenientes, no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas, nas reflexões dos pesquisadores a respeito de suas pesquisas como parte do processo de produção de conhecimento e na variedade de abordagens e métodos (FLICK, 2009 p. 23).

Ainda, para reforçar o exposto, o presente trabalho utilizou um conjunto de técnicas interpretativas que procuraram descrever, decodificar, traduzir e aprender o significado das ações de extensão da Universidade Federal de Santa Maria (DENZIN; LINCOLN, 2006; COOPER; SCHINDLER, 2011).

Após esse primeiro levantamento bibliográfico, partindo-se da ideia de resolução do primeiro objetivo específico, utilizando-se do aporte quantitativo, deu-se início a caracterização dos projetos da UFSM, registrados no Sistema de Informações Educacionais (SIE), sendo a amostra aleatória delimitada aos projetos em situação “concluído” no ano de 2014.

Logo depois, foi realizado o procedimento de organização, construção de gráficos, tabelas, para elucidar e facilitar o entendimento e análise dos dados obtidos dessa amostragem. Para colaborar nessa construção, fez-se uso do *Software* Excel 2013.

Em caráter de isonomia e coerência com o estudo, também foram realizadas entrevistas semiestruturadas direcionadas aos servidores, entre eles técnicos que trabalham e têm grande experiência em Gabinetes de Projetos, técnicos participantes das Comissões de Avaliação de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão e por fim, professores considerados “especialistas” na área, que já estiveram ou ainda estão envolvidos com a extensão universitária da UFSM, sendo assim delimitado aos profissionais que já foram Pró-Reitores de extensão, como também, a atual Pró-Reitora de extensão da Universidade para finalizar a coleta de dados proposta pelo trabalho.

Depois de realizados esses levantamentos, a coleta de dados, análise e discussão dos resultados, como propósito final e uma contribuição para a Instituição, deu-se início ao desenvolvimento das propostas de ações para a elaboração de um instrumento de avaliação das ações de extensão da UFSM, baseado nos principais pontos levantados pelos especialistas, na Política de Extensão da UFSM e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O trabalho

contou com a ajuda do modelo usado em Portugal, denominado Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES).

A proposta utilizou como forma de apoio e também como base legal a Política Nacional de Extensão Universitária (PNext), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), assim como, a própria Política de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria.

O modelo descrito anteriormente, utilizado na Europa, foi escolhido para servir como parâmetro, pois é reconhecido mundialmente no contexto da educação. Portanto, foram de grande valia na obtenção de subsídios e para o direcionamento das ações a serem discutidas durante todo o processo de elaboração dos resultados e principalmente no desenvolvimento das propostas para criação do instrumento de avaliação.

O entendimento geral do estudo está explícito no diagrama do modelo analítico da pesquisa conforme figura 1, disposta no decorrer do texto dessa Dissertação.

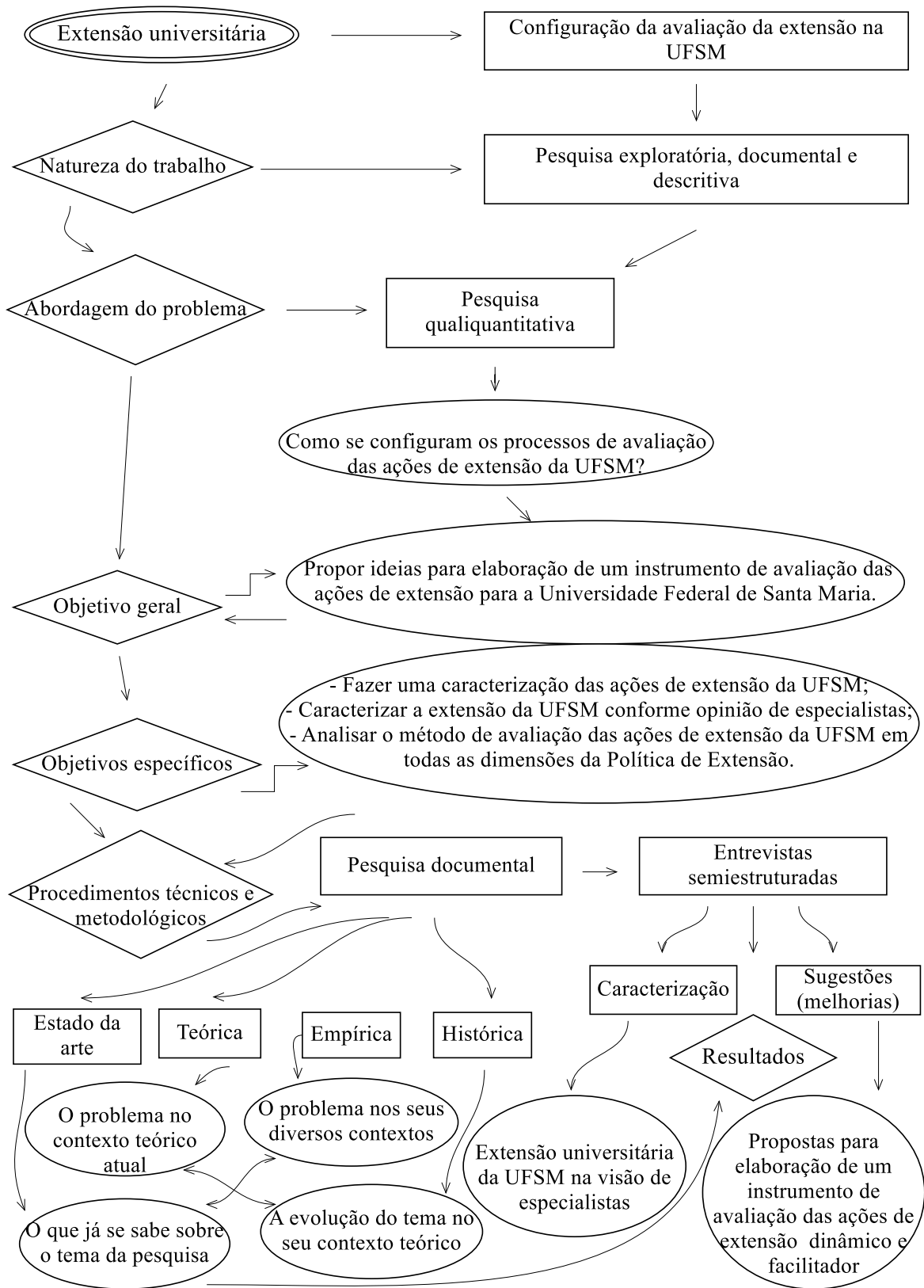
## 4.2 COLETA DE DADOS

Nesta seção do trabalho, serão apresentados os procedimentos de coleta de dados, mais precisamente, como e onde eles foram adquiridos.

As informações utilizadas para resolver o primeiro objetivo específico desta investigação foram coletadas através do banco de dados fornecido pela Pró-Reitoria de Planejamento da UFSM (PROPLAN), mais precisamente, da amostra aleatória dos projetos de extensão em situação “concluído” no Sistema de Informações Educacionais-SIE no ano de 2014. Tornaram-se relevantes para o estudo os dados referentes ao número atualizado de projetos de extensão comparados ao número de projetos de ensino e pesquisa e as relações existentes ou não entre eles, e que serviram como fundamentação para se realizar a caracterização da extensão universitária da Universidade Federal de Santa Maria.

Para responder aos demais objetivos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com especialistas em extensão da UFSM, mais precisamente com a atual Pró-Reitora, dois (2) Ex-Pró-Reitores de Extensão, um (1) professor vencedor do Prêmio Mérito Extensionista da UFSM, um (1) servidor técnico-administrativo com vários anos de experiência e responsável por um Gabinete de Projetos (GAP) e finalizando com um servidor técnico-administrativo membro da Comissão de Avaliação das Ações de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão da UFSM.

Figura 1 - Modelo analítico da pesquisa



Fonte: elaborado pelo autor.

As entrevistas foram realizadas sob a forma de gravação de áudio, visando a uma coleta mais subjetiva e rica em informações, vindo a contribuir com o universo do estudo.

As entrevistas seguiram um roteiro pré-estabelecido, baseado nas cinco (5) Dimensões da avaliação das ações de extensão propostas pela Política de Extensão da UFSM-2008, conforme (APÊNDICE A), presente no final dessa Dissertação. Os entrevistados foram denominados por ordem sequencial em que aconteceram as entrevistas e com suas respectivas atribuições na Instituição.

Quadro 3 – Relação dos entrevistados e seus respectivos cargos

<b>E1</b>	Ex-Pró-Reitor de Extensão
<b>E2</b>	Ex-Pró-Reitor de Extensão
<b>E3</b>	Pró-Reitora de Extensão (atual)
<b>E4</b>	Vencedor Prêmio Mérito Extensionista
<b>E5</b>	Profissional do GAP
<b>E6</b>	Membro da Comissão Avaliação da Pró-Reitoria de Extensão

Fonte: Elaborado pelo autor

É importante salientar que todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, (APÊNDICE B) e que prestaram as informações por livre e espontânea vontade, com uma valorosa contribuição para a complementação desse trabalho.

A organização das partes transcritas, incorporadas ao texto, seguiu a ordem do roteiro das entrevistas, definido pelas cinco (5) Dimensões da Política de Extensão da UFSM.

A amostragem teórica foi aportada numa coleta de dados conduzida por julgamentos, baseada no conceito de fazer comparações, onde se objetivou procurar locais, pessoas ou fatos que maximizassem oportunidades de descobrir variações entre conceitos e de tornar densas categorias em termos de suas propriedades e de suas dimensões mais claros e de fácil compreensão.

A pesquisa buscou interpretar e administrar esses documentos, sendo nesse ponto que os métodos de controle de dados e os modelos de análises auxiliados por recursos computacionais puderam ter irrefutável utilidade para o andamento e conclusão do trabalho (CORBIN; STRAUSS, 2008; GODÓY, 1995; DENZIN; LINCOLN, 2006).



Portanto, no estudo em questão, os números institucionais e a palavra escrita ocuparam lugar de destaque, desempenhando um papel fundamental tanto no processo de obtenção dos dados, análise, quanto na disseminação dos resultados.

#### 4.3 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta fase do estudo, para responder de forma coerente os objetivos específicos, foram utilizados métodos quantitativos, mais precisamente a estatística descritiva sob a forma de gráficos e histogramas. Assim, foi acrescentado mais precisão no esboço dos dados coletados, o que levou à uma melhor compreensão do objeto de investigação (MORETTIN; BUSSAB, 2011).

Neste momento do trabalho, como o material coletado na compilação das entrevistas era muito rico e variado, optou-se por utilizar a análise de conteúdo, e uma separação por categorias de análise com a intenção de se aprofundar mais e extrair o máximo de ideias e conceitos relativos ao tema averiguado através da sistematização das interpretações proporcionado por ela.

De acordo com Bardin (2009), classificar elementos em categorias impõe a investigação do que cada um deles tem semelhante aos outros, permitindo assim, o agrupamento das partes comuns entre eles. A categorização é um processo do tipo estruturalista e comporta duas etapas: o inventário, que significa isolar elementos e a classificação, que é a repartição desses elementos, procurando impor uma certa organização às mensagens.

Como um importante complemento, foi considerado relevante para o estudo, fazer uma triangulação com os resultados obtidos com a análise de conteúdo, referencial teórico e opinião dos especialistas. A triangulação seria o entrelaçamento dos fragmentos, como a costura de uma colcha de retalhos, mais precisamente a análise e interpretação dos dados (CAUDURO, 2004, p. 89-91).

Logo após a análise do conteúdo e a triangulação, foi desenvolvida uma Nuvem de Palavras (Figura – 9) com os elementos-chave colhidos durante o processo de leitura e interpretação dos resultados. Para sua elaboração, foi utilizado o *Software R*.

Os estudos qualitativos não exigem hipóteses estabelecidas a priori, eles partem de questões ou focos de interesse amplos, que vão se tornando mais diretos e específicos no

transcorrer da investigação. As abstrações são construídas a partir dos dados, num processo de baixo para cima (GODÓY, 1995).

A categorização melhorou a organização e compreensão dos textos obtidos, pois resumiu em poucas palavras um denso conteúdo, facilitando muito o processo de transformação dos dados em informações relevantes para se realizar a triangulação e conseqüentemente, para obtenção dos resultados da pesquisa.

## 5 RESULTADOS

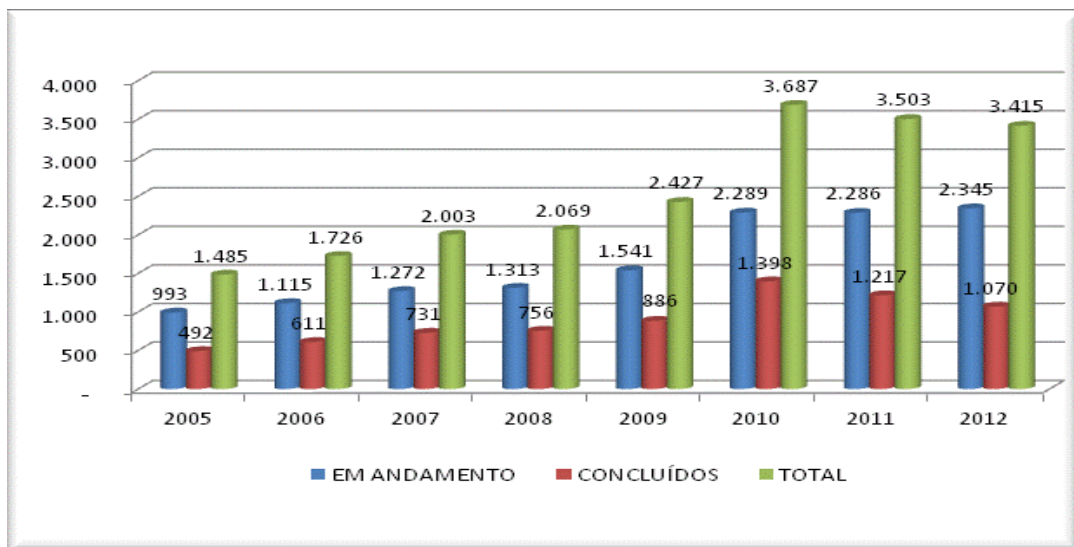
Este capítulo apresenta a análise e discussão dos dados e posterior apresentação dos resultados obtidos através dos métodos selecionados para este fim no decorrer da pesquisa.

### 5.1 CARACTERIZAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO DA UFSM DE ACORDO COM DADOS INSTITUCIONAIS

Conforme os números de 2012, dispostos na página institucional da UFSM, há uma diferença grande em relação à quantidade de projetos de ensino, pesquisa e extensão. O enunciado pode ser compreendido, através das figuras 2 e 3 e 4.

A proposta do estudo trouxe números atualizados sobre a situação, e um aprofundamento na análise dos dados fornecidos pela PROPLAN sobre os projetos da UFSM, no qual se optou por adicionar à comparação ao termo (Ensino), pois juntamente com a pesquisa e a extensão, formam a base do ensino superior. A figura 4 deixa mais claro o descrito anterior.

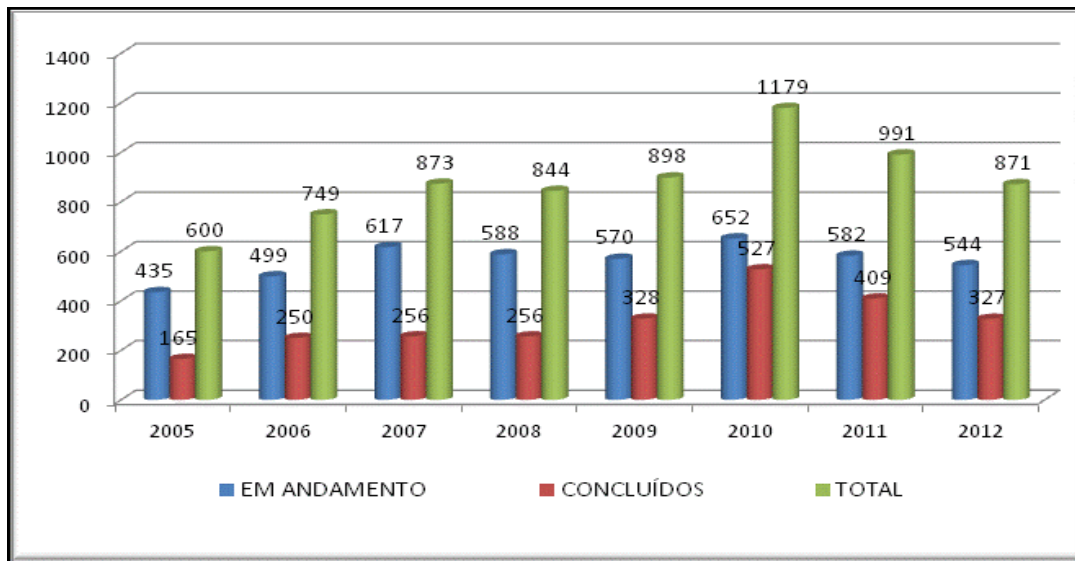
Figura 2 - Gráfico com o número de projetos de pesquisa de 2005 a 2012



Fonte: SIE-UFSM 2012.

Em 2012, o número de projetos de pesquisa em situação “concluído”, variável que interessa na presente investigação, era de 1.070 contra 492 do ano de 2005. Isso significa um crescimento de quase 120%. Ou seja, um aumento total de 578 projetos e ações em sete anos.

Figura 3 - Gráfico com o número de projetos de extensão de 2005 a 2012



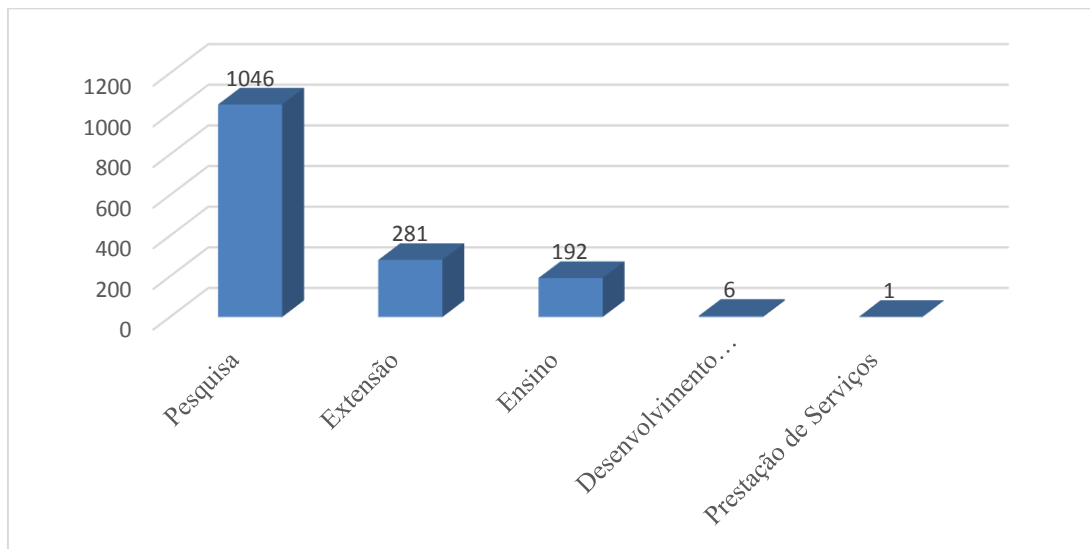
Fonte: SIE-UFSM 2012.

Já na área da extensão, o gráfico nos apresenta um total de 165 projetos em 2005 contra 327 em 2012. Um aumento de 99,5% em relação ao período. Isso confere um aumento total de 162 projetos em sete anos.

Estes números institucionais ajudaram na realização da proposta, pois evidenciaram já de antemão, uma disparidade das ações de pesquisa em relação à extensão. Eles apontaram uma direção a seguir, trazendo diagnósticos para a sequência da investigação.

Assim, foi possível construir novos gráficos com a inclusão do termo ensino (figura 4) o que serviu para trazer uma visão mais global das ações nas três grandes áreas que sustentam o ensino superior de qualidade conforme PNE (2014) na Universidade Federal de Santa Maria. As atividades de ensino são realizadas no cotidiano da Instituição e não necessariamente devem se converter em projetos. Caberia uma investigação mais aprofundada nesse tema.

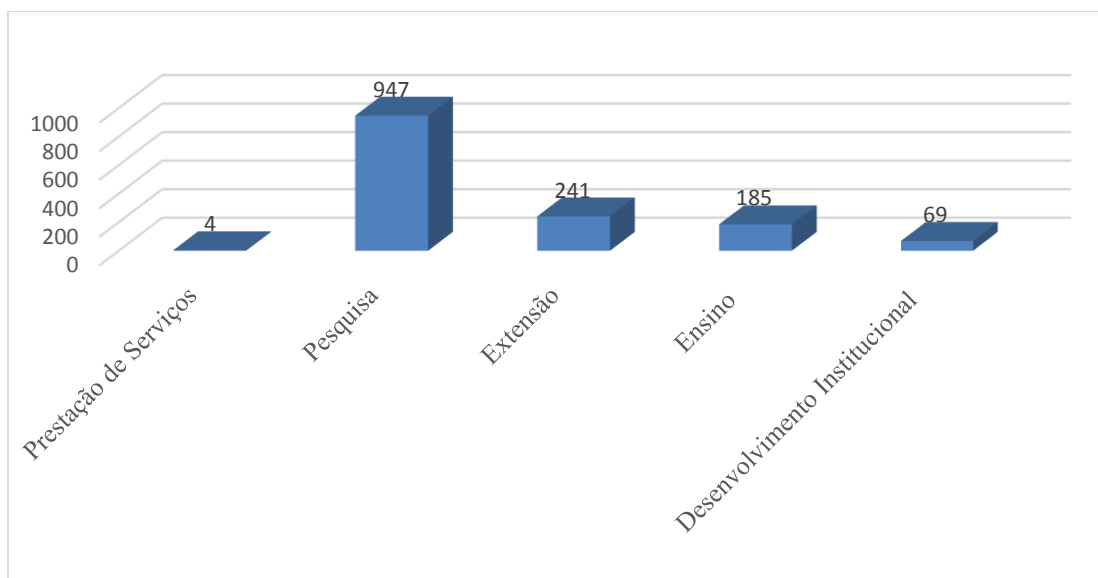
Figura 4 - Gráfico com o número de projetos de ensino no ano de 2012



Fonte: Elaborado pelo autor.

O gráfico apresentou 192 projetos de ensino em situação “concluído-publicado” em 2012. Esses números acrescentados ao estudo foram importantes para a discussão e fechamento do capítulo. É importante salientar que o ensino tem suas particularidades, pois o fato de não haver muitos projetos, nem sempre demonstra disparidade em relação à pesquisa e a extensão.

Figura 5 - Gráfico explicitando em dados atualizados o número de projetos da UFSM



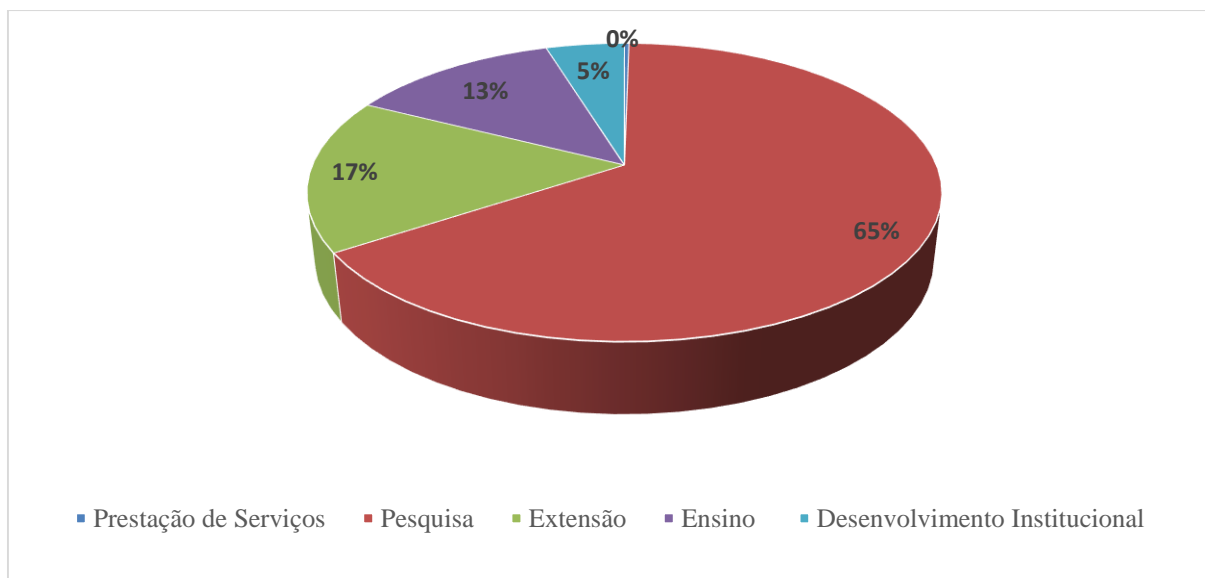
Fonte: Elaborado pelo autor.

Na figura 5, foram considerados os projetos concluídos até 2014 justamente por se tratar de ações que já foram avaliadas até a conclusão do estudo.

O ensino apresentou uma diminuição pequena, cerca de 7 projetos, a extensão perdeu 86 projetos, número próximo dos 123 projetos perdidos pela pesquisa. Mas, é importante salientar que, em termos proporcionais, em relação ao número total de projetos e ações das três variáveis (ensino-pesquisa-extensão) a queda foi de 4% nos projetos de ensino, 26% na extensão contra 11,5% da pesquisa.

Até o momento, a caracterização das ações de extensão da UFSM mostrou que muito pouco ou quase nada se alterou de 2012 até 2014. Evidências apontam que as ações empregadas pouco contribuíram para o fortalecimento das ações de extensão no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria. A figura 6 traz uma visão ampla das ações de ensino, pesquisa e extensão realizadas na Universidade Federal de Santa Maria, facilitando o entendimento da discussão anteriormente citada.

Figura 6: Percentual das ações por área de atuação



Fonte: elaborado pelo autor

O gráfico apresenta a realidade institucional da Universidade Federal de Santa Maria em todas as áreas de atuação. Os projetos de pesquisa ocupam a maior parte das ações, cerca de 65%, enquanto que a extensão vem em segundo, com 17% das ações empreendidas. Os projetos de ensino ocupam 13% do total, enquanto que as atividades de desenvolvimento

institucional estão no patamar de 5% e as de prestação de serviços possuem 4 projetos registrados, o que no gráfico ficou estatisticamente sem efeito, ou seja, 0% das ações no geral.

Os resultados preliminares já demonstravam uma disparidade entre as ações de pesquisa, ensino e extensão na UFSM desde 2012, o que fez com a o texto do PDI (2011), já demonstrasse uma preocupação da Instituição para com as melhorias nas ações de extensão que já existiam, assim como, para as futuras iniciativas. Esses achados, além de ajudarem a concluir esse trabalho, poderão servir de base para as ações de remodelação do PDI 2016-2026, que tramita no meio institucional.

Recorrendo-se ao referencial teórico, a Política Nacional de Extensão (2012), afirma que a extensão é parte indispensável do pensar e fazer universitários assume-se uma luta pela institucionalização dessas atividades, tanto do ponto de vista administrativo como acadêmico, o que implica a adoção de medidas e procedimentos que redirecionam a própria política das universidades.

Os resultados apontam para uma queda no número de projetos e ações de extensão, evidenciando a necessidade de ações eficazes na área em questão. O estudo também mostra uma disparidade em relação as três variáveis formadoras dos pilares da educação superior, se distanciando da ideia de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão defendido por vários autores no referencial teórico e lembrado aqui por Ribeiro (2011).

## 5.2 CARACTERIZAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO DA UFSM CONFORME A OPINIÃO DE ESPECIALISTAS

Esta seção destinou-se a fazer uma caracterização das ações de extensão da Universidade Federal de Santa Maria. Para isso, foram acrescentados blocos de textos das entrevistas com os especialistas na área.

Servindo como introdução ao tema, o E1 respondeu trazendo um pouco da história das primeiras ações de extensão universitária na UFSM, enfatizando a dificuldade encontrada na época para avaliá-las.

Na verdade, a extensão antes de 1990 era realizada praticamente de forma autônoma nas unidades e subunidades. Não havia por parte da Pró-Reitoria de extensão um maior controle, até porque a universidade estava recém implantando a sua informatização [...]: O que acontecia em geral na instituição a administração central pouco conhecia porque tu não tinhas como fazer esse registro diretamente na administração central. A partir do momento que surgiu o sistema DOS, os gabinetes

de projetos de ensino conseguiram organizar nos GAPs esse registro. A avaliação se dava apenas no contexto de uma comissão de ensino dentro do departamento ou das comissões de avaliação de ensino, pesquisa e extensão dos centros de ensino. Não havia uma avaliação geral da instituição (E1, 2015).

De acordo com E4, a UFSM não possui um processo bem definido de avaliação da extensão, o que pode ser confirmado em sua colocação:

Nós não temos até hoje, não só a UFSM, mas a maior parte das universidades, com raras exceções têm um sistema de avaliação da extensão. Então a gente carece desse instrumento, que é muito importante e eu imagino que é muito mais que uma deficiência de gestão, o problema de avaliar a extensão é que maior parte das pessoas que fazem extensão dentro da UFSM, elas ainda têm o entendimento que a extensão é uma divulgação dos trabalhos de pesquisa, é uma ação pontual, um curso, uma formação, um evento. Eles não têm muito claro o que é a verdadeira ação de extensão universitária (E4, 2015).

O E3 relata que a maior dificuldade de avaliar a extensão é o fato das ações serem descentralizadas, com a difícil tarefa de interligação entre as informações dos vários centros por problemas operacionais no Sistema de Informações Educacionais (SIE), confirmados com a colocação do especialista:

A primeira constatação é que hoje, todos os projetos e programas de extensão são registrados no SIE [...]: acontece que, como as ações são descentralizadas, essa informação não é uma informação que vem para a gestão. Ela fica no âmbito do centro, porque quando o professor ou o técnico registra seu projeto, ele vai para sua chefia imediata, de sua chefia imediata vai para câmara de extensão que encaminha para o GAP. Portanto, do GAP, não vem essa informação para Pró-Reitoria de Extensão. Por exemplo, se em Palmeira um professor do Curso de Economia registrar um projeto de extensão, a Pró-Reitoria não tem informação de que esse projeto foi registrado. A Pró-Reitoria precisa garimpar centro por centro. Por quê? Primeiro diagnóstico que nós fizemos, é que o nosso sistema de registro para numa determinada altura e aí nós fizemos várias tratativas com o CPD no sentido de que nós deveríamos avançar com nosso sistema institucional, porque qualquer gestão que estiver na instituição hoje tem esse cenário (E3, 2015).

Os relatos supracitados vêm ao encontro das ideias defendidas pelos autores no referencial teórico dessa Dissertação, pois para se fazer a gestão de projetos e ações, é necessário planejamento, direção, organização e controle de recursos organizacionais em um dado empreendimento. As estruturas organizacionais devem responder aos desafios contemporâneos, organizando os grupos que possam realizar com eficácia as tarefas necessárias para a consecução das metas e objetivos (KERZNER, 2002; SOTO, 2010).



O E2 mencionou o sistema e a estrutura de gestão da extensão universitária como um fator complicador para se ter uma maior valorização da extensão dentro da Instituição.

Eu acho que antes de se pensar em implementar uma política de avaliação da extensão, tem que implementar uma política de estrutura de gestão, que ela seja respeitada. Então, esse é um problema muito grande, ela só tem um reconhecimento nos discursos dos projetos políticos eleitoreiros ou eleitorais. Neste momento dentro da Instituição a extensão é muito valorizada, pois ela se adequa muito bem ao discurso político, ao discurso eleitoreiro porque ele mexe com os sentimentos das pessoas, ele mexe com os sentimentos da sociedade, os políticos dentro da política universitária eles usam muito a extensão nesse momento, mas depois eles não valorizam e não cumprem com o discurso que têm em relação a extensão universitária (E2, 2015).

O E4 relatou que:

A forma como a extensão é registrada hoje na universidade ela não permite que a gente avalie completamente a extensão. Porque muita coisa é registrada como extensão. Quando na verdade a maioria sabe que no máximo 30% do que é registrado, chega como extensão no FORPROEXT ou na definição do próprio MEC, e a sua definição é que a extensão é uma ação que envolve a atividade de ensino, pesquisa e extensão, interdisciplinar, envolve conhecimento (E4, 2015).

O E1 cita as peculiaridades de cada projeto e evidencia a dificuldade de avaliação dos mesmos com apenas um instrumento.

“[...] hoje a extensão tem critérios para ser avaliados, agora, a complexidade continua em aberto. Se hoje na Universidade Federal de Santa Maria se desenvolve cerca de 800 projetos, como é que através de um único instrumento tu vai conseguir avaliar”?

O E3 relata uma grande dificuldade em se ter acesso a todos os projetos da UFSM via Sistema de Informações Educacionais (SIE), o que acaba dificultando qualquer ação de avaliação geral dos mesmos.

[...]: agora o CPD aumentando seu quadro funcional, enfim, eles estão fazendo um projeto de migração do SIE, e assim, nós poderíamos avançar nesse quesito que diz respeito ao monitoramento e a avaliação, porque hoje, objetivamente a Pró-Reitoria para acessar os projetos nós entramos Centro por Centro, projeto por projeto (E3, 2015).

O E1 acrescentou que a mudança de perfil dos Reitores, que se voltam à pesquisa, dificulta os debates sobre ações de extensão nas universidades brasileiras em geral.

[...]: o grande problema dos reitores das universidades brasileiras e não só os de Santa Maria, alguns hoje inclusive foram Pró-reitores de extensão, eles entram na gestão e se tornam reféns da pesquisa. Eles mudam totalmente seu perfil e você não consegue estabelecer esse debate com eles em relação a extensão. Isso daria a universidade um outro perfil, ela seria muito mais reconhecida pela comunidade, ela seria muito melhor

tratada pela comunidade. Essa história dos muros, que isso aqui é um mundo à parte, eu concordo que realmente isso aqui é um mundo à parte (E1, 2015).

De acordo com o E2, a extensão não possui o reconhecimento institucional merecido, e que a pesquisa tem várias fontes de financiamento, diferentemente das ações de extensão.

Isso é uma prova do que eu disse anteriormente de que a extensão não é reconhecida, não é valorizada, porque se ela fosse reconhecida, se ela fosse valorizada, essa lacuna não existiria pelo mesmo grau que existe. Não existe reconhecimento e valorização das ações de extensão. E aí surge um outro grave problema, que é o drama de todos os Pró-Reitores, que eles têm uma atribuição em defesa do nome e da expectativa que a sociedade tem via extensão, é muito frequente, a gente recebe alguém levando uma demanda para dentro da universidade para ser atendida por projeto de extensão e como a extensão ou a Universidade não dispõe de fontes de recurso para desenvolver aquele projeto, como existe na pesquisa, [...]: os gestores da extensão universitária não têm capacidade ou condições para atender aquela demanda da sociedade, porque ela sabe que os professores não deixarão de fazer as outras atividades de pesquisa que lhe rendem bolsas, status pelos trabalhos publicados nas revistas internacionais e etc. Que lhe rendem status para vender projetos, pois eles não vão deixar isso para realizar um projeto de extensão para atender um segmento da sociedade (E2, 2015).

O E3 destacou que a Pró-Reitoria não tem conhecimento de todos os projetos e ações de extensão desenvolvidas no âmbito e em nome da UFSM.

Não tem. Eu sei quantos projetos tem, mas é aquilo que eu te disse, eu tinha uma ideia de quando eu assumi que a Pró-Reitoria teria um conhecimento e uma governabilidade, não tem. Até pensei num primeiro momento em fazer, pois deve ser fácil, mas se fosse fácil os outros já teriam feito, entendeu? Eles também não fizeram, não porque não quiseram, mas na realidade nós temos um sistema que não é tão simples, porque os meninos do CPD apontam para a questão da segurança das informações. É um sistema que lida com registro de notas, de registro econômico financeiro da Universidade e tal. Então, não se pode achar que é fácil ir abrindo, eu não entendo de segurança de dados, mas é uma coisa importante que precisamos cuidar. Então, estamos fazendo alguns movimentos nessa perspectiva e eu acredito que cada vez mais as instituições públicas vão ter que ir afinando esses instrumentos porque a sociedade quer saber onde vai ser gasto o dinheiro (E3, 2015).

O E4 ressalta que a UFSM precisa atuar juntamente com seus pares, para então produzir mecanismos de controle e avaliação das ações de extensão de forma a envolver mais a comunidade e as instituições dessa comunidade e não simplesmente atuar sozinha na reversão dos problemas enfrentados por ela.

Eu acho que um dos problemas da universidade é esse, ela está sozinha. Não é apenas se envolver com as pessoas da comunidade e sim com as outras instituições que atuem nessa comunidade. Ela tem dificuldade de interagir com elas, e esse é o caminho para extensão, pois hoje, para se fazer uma extensão sólida você tem que interagir com essas outras instituições porque elas têm um trabalho permanente lá, e isso irá garantir a continuidade de nossas ações. Se fizermos a extensão sozinhos, sem a colaboração

das outras instituições, num futuro muito próximo, parar essa continuidade. A Universidade sai e fica lá um vazio. Então precisamos de parcerias para que a extensão possa continuar e criar raízes. Ela não pode agir sozinha na extensão, como ela age na pesquisa (E4, 2015).

Complementando as ideias, o E2 reafirma a importância de se buscar parcerias e cooperação para se melhorar a qualidade das ações de extensão na UFSM.

[...]: então, a pesquisa tinha que muitas vezes ser orientada pelo que a extensão está demandando para a universidade e isso não acontece. Entendeu? Então as vezes um projeto de extensão pode não ser completo, não atingir a sua meta plena porque não tem cooperação com um outro segmento da sociedade, mesmo segmento da pesquisa, mesmo segmento de uma outra organização acadêmica (E2, 2015).

Quanto ao fator equilíbrio entre ensino-pesquisa-extensão, o E1 destacou o seguinte:

Não, ainda não. Hoje a Universidade ela é 70% ensino, 20% pesquisa e 10% extensão, objetivamente. Ah! Mas nós temos lá 800 projetos de extensão, mas a dimensão que eles têm, pode ter 200 de pesquisa e 800 de extensão, na verdade tem mais de pesquisa que de extensão, mas a dimensão que a pesquisa tem em reconhecimento interno é muito maior que a extensão. Porque a extensão além de não ter reconhecimento interno, esse reconhecimento é muito pouco, ela muito menos tem reconhecimento externo. E esse reconhecimento externo vai depender do Pró-Reitor de extensão? Não, vai depender de cada professor, de cada gestor da universidade, de entender o que significa a extensão. O pessoal acha que a Pró-Reitoria de extensão tem que fazer milagre. Que a partir do momento que a universidade tem uma política, todo mundo vai conhecer a política, todo mundo vai trabalhar em cima da política e que a sociedade toda vai conhecer a universidade. Não é, não se faz assim (E1, 2015).

O E3 se referiu à importância de se alinhar as ações de extensão da UFSM com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

“Nós temos que começar a fazer esses alinhamentos, porque senão a UFSM tem um Plano de Desenvolvimento Institucional e suas ações estão lá do outro lado. Então, é um exercício de aproximar para o alinhamento institucional”.

Sobre a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, o E1 relatou não existir, pois a maioria dos professores opta por pesquisa e pós-graduação.

O pessoal quer ser professor da Pós-Graduação, porque já entram doutores, querem ser pesquisadores, construir um belo currículo lá pra frente e participar do mundo da pesquisa. Então, a indissociabilidade aí não funciona, pois na verdade o que nós temos é ensino, pesquisa e pós-graduação (E1, 2015).

O E2 reforçou o exposto sobre a indissociabilidade, dizendo: “Olha, existe mais no discurso, os comentários que estávamos fazendo aqui em relação aos 10% da carga horária para extensão provam isso. Não existe associação entre ensino, pesquisa e extensão. De forma organizada, sistêmica, com certeza não existe”.

O E4 faz referência às dificuldades encontradas para se trabalhar com a extensão, o que não ocorre na pesquisa por exemplo.

E a extensão também, a extensão é uma dimensão marginal, pois é muito mais difícil de trabalhar do que a pesquisa. A pesquisa você tem seu capital próprio, você faz pesquisa dentro mesmo da instituição e você desenvolve ela de acordo com suas condições. A extensão exige condições de sair para as comunidades, exige tempo, exigem procedimentos metodológicos e exige estrutura de transporte em que a Universidade é extremamente carente. Não por não ter veículos, não ter motoristas, mas por gestar mal, não dar prioridade à extensão. Hoje você quer sair, você não sai, não por não ter veículo, mas sim por não ter dinheiro para combustível e diária. Isso que deveria pagar seria os departamentos, mas eles não atribuem à extensão a mesma importância do ensino e da pesquisa. Então a resposta é que a pesquisa e a pós-graduação estão num patamar superior, de maior prioridade, de maior engajamento de muito maior preferidos pelos docentes e também pelos alunos e pelos servidores, sendo que o ensino e a extensão estão num nível muito mais inferior, com a diferença que no ensino você é obrigado a dar uma quantidade de aulas para subir na carreira. Então, você tem que dar aula e na extensão nada te obriga que tu faça (E4, 2015).

O E3 relatou que a UFSM possui ótimas ações na área extensionista, mas salientou mais uma vez que a comunicação entre os Centros via SIE, prejudica o acompanhamento e avaliação dessas ações.

Eu acho assim, que nós temos muitos projetos e projetos muito importantes, a nossa fragilidade é no acompanhamento dessas ações. Com isso, eu não estou dizendo que não tem acompanhamento, pois tem, mas ele se dá no micro, dentro do centro. Nós não conseguimos ainda unificar porque nós não temos um sistema que unifique todas essas informações. Hoje é manual, pois todos os relatórios que fizemos foram feitos manualmente (E3, 2015).

O E2 confirma essa dificuldade, e deixa claro que sem as informações necessárias, fica inviável a avaliação das ações.

“Nesse caso, muitas vezes a avaliação vai ser prejudicada porque você não vai ter a informação para fazer a avaliação. Se você quiser fazer a avaliação do uso e da eficiência e uso de aplicação dos recursos, não tem informação”.

O E5 trouxe uma informação atualizada a respeito do registro de projetos para o ano de 2016.

[...]: o SIE ele funciona em toda universidade, então qualquer órgão pode acessar qualquer projeto de qualquer centro. Então, a pró-reitoria pode acessar todos os

projetos. Então agora nós estamos junto com a PROPLAN discutindo para mudar agora o sistema, eu creio que em 2016 ainda, não sei bem quando, todos os projetos serão registrados via web, então vai ser aberta a toda comunidade, então todo mundo pode saber o que existe aqui dentro. Porque atualmente o SIE é interno, mas o CPD é que instala o SIE nos computadores da universidade, então sendo tudo via web toda e qualquer pessoa pode saber o que é feito aqui dentro inclusive ler os projetos, os seus relatórios tudo e inclusive acho que vai facilitar porque o docente mesmo, ele pode até a noite em sua casa fazer registro de projetos. Acho que facilita tudo (E5, 2015).

O E1 ressaltou a dificuldade em se propor um instrumento de avaliação para as universidades, pois as peculiaridades de cada local podem ser limitadoras para a efetividade de um único instrumento.

Se você pegar uma coisa simples, eu te garanto que até tu faz, mas se você propor avaliação para o mundo universitário você não vai sair do lugar. E outra coisa, existem mentalidades diferentes, se você pegar a área de Palmeira já é diferente de Frederico. E se você pegar de Palmeira para Região da Campanha, mais diferente ainda (E1, 2015).

O E6 confirma essa dificuldade, relatando as diferenças entre os Centros de Ensino da própria sede da UFSM.

“O grande problema é a gente conseguir um padrão [...]: uma ação do CCS, ela tem algumas questões diferentes da ação de um CCSH, de um CT, um público às vezes diferente, a forma de tratar de um e do outro são distintas, são áreas diferentes, são centros diferentes”.

Para o E5, um instrumento de avaliação e controle das ações de extensão, deveria englobar aspectos relacionados a comunidade externa à UFSM.

Um instrumento de avaliação deveria atender a comunidade interna e externa, porque a extensão ela existe voltada para comunidade. Ou seja, extensão na minha visão, é praticamente uma transferência de conhecimentos, uma aplicação dos conhecimentos em benefício da comunidade, então deve atender também a toda comunidade (E5, 2015).

Evidências apontam para uma dificuldade por parte da UFSM em conseguir fazer com que os diversos setores institucionais promovam uma interlocução e uma ação voltada a buscar os mesmos objetivos em favor do desenvolvimento da Instituição de forma a atender os desafios contemporâneos. Faz-se necessário uma integração por parte dos envolvidos para se criar de forma corporativa um instrumento de avaliação que venha a atender essas demandas levantadas até aqui. A resposta a esse objetivo específico, já abre a discussão e análise do próximo item.

### 5.3 ANÁLISE DO MÉTODO DE AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO EM TODAS AS SUAS DIMENSÕES

Esta seção destinou-se a fazer uma análise da avaliação das ações de extensão da UFSM nas dimensões propostas pela Política de Extensão.

Para este fim, foi utilizada a análise de conteúdo da Bardin (2009), dividindo-se o conteúdo das entrevistas e o texto da Política de Extensão da UFSM primeiramente em unidades de significado. A estrutura foi desenvolvida como uma análise inicial, intermediária e final.

#### 5.3.1 Análise inicial

Na primeira fase de análise do conteúdo, foram encontradas duzentas e cinquenta (250) unidades de significado (APÊNDICE C) nos textos da Política de Extensão da UFSM e das entrevistas com os especialistas da área. Logo depois, foram agrupadas as palavras de conteúdo ou significados semelhantes e pertinentes ao mesmo tema, resultando em sessenta (60) unidades de significado, dando suporte ao início da primeira fase de análise e conseqüentemente discussão dos achados.

Quadro 4 - Unidades de significado

(Continua)

1- extensão	21- administração	41- auditoria
2- autonomia	22- missão	42- flexibilização
3- controle	23- visão	43- agência de extensão
4- universidade	24- FORPROEXT	44- gestão pública
5- diretrizes	25- participação	45- núcleos de extensão
6- SIE	26- tecnologias	46- educação
7- UFSM	27- instrumento	47- comunicação
8- debates	28- financeiro	48- desenvolvimento regional
9- construção	29- comunidade	49- indissociabilidade

Quadro 4 - Unidades de significado

(Conclusão)		
10- processo	30- desenvolvimento	50- meio ambiente
11- inovação	31- extensionista	51- recursos públicos
12- registro	32- processo educativo	52- recursos privados
13- ensino	33- benefícios	53- política institucional
14- pesquisa	34- ação participativa	54- procedimentos metodológicos
15- projeto	35- padronização	55- equilíbrio
16- avaliação	36- relatórios	56- interdisciplinaridade
17- recursos	37- distribuição de recursos	57- dimensões
18- financiamento	38- interação com a comunidade	58- demandas da sociedade
19- orçamento	39- políticas públicas	59- construção coletiva
20- FIEX	40- PNE	60- diagnóstico

Fonte: Elaborado pelo autor.

Esses foram os termos que mais vezes se fizeram presentes nos textos, elencadas no primeiro nível de análise do conteúdo da avaliação da extensão universitária da UFSM.

### 5.3.2 Análise intermediária

Esta seção destinou-se ao procedimento de criação das categorias e subcategorias de análise baseada nas unidades de significado provenientes dos textos estudados e das entrevistas com os especialistas. Depois da leitura e apreciação, foram criadas duas grandes categorias e suas respectivas subcategorias, o que propiciou um maior aprofundamento no tema estudado no intuito de extrair o máximo de informações necessárias para responder de forma adequada aos objetivos do empreendimento.

Quadro 5 – Categorias de análise

<b>CATEGORIA 1: POLÍTICA DE GESTÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO DA UFSM</b>	
<b>Subcategorias:</b>	- Método de avaliação; - Planejamento de ações; - Controle das ações de extensão;
<b>CATEGORIA 2: POLÍTICA DE EXTENSÃO DA UFSM</b>	
<b>Subcategorias:</b>	- Conhecimento e utilização; - Relação Universidade-sociedade; - Equilíbrio entre ensino-pesquisa-extensão;

Fonte: elaborado pelo autor.

As seis (6) subcategorias foram estudadas e aprofundadas na sequência do trabalho, o que trouxe mais qualidade no contexto geral do estudo.

### 5.3.3 Análise final

Nesta seção, foi realizada a análise final dos resultados através do método da triangulação, utilizando-se diversas fontes, como por exemplo, os dados recolhidos com o estudo, o referencial teórico, a opinião dos especialistas e a ação reflexiva sobre essas informações (CAUDURO, 2004, p. 89-91).

A metodologia da triangulação colaborou para se fazer a organização, contextualização, comparação, extração e cruzamentos das ideias desenvolvidas no decorrer do estudo. Os achados ficaram mais tangíveis, facilitando a organização geral e explanação dos resultados.

### 5.3.4 Política de gestão das ações de extensão da UFSM

Para uma melhor compreensão das ideias obtidas através dos textos lidos, das entrevistas com os especialistas e a apreciação da legislação vigente, optou-se por organizar a triangulação dessa grande categoria, em outras três (3) subcategorias, sendo elas o método de avaliação, planejamento de ações e o controle das ações de extensão.



Figura 7 - Esboço da categoria Política de Gestão e suas respectivas subcategorias



Fonte: Elaborado pelo autor

A figura 7 ilustrou a divisão da categoria Política de Extensão da UFSM em subcategorias, organizando de forma mais sistêmica a análise aprofundada do tema.

#### 5.3.4.1 Método de avaliação

Para o SINAES (2016), os processos avaliativos devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades.

Na Universidade do Minho em Portugal, essas ideias são desenvolvidas pelo Sistema Interno de Garantia da Qualidade (SIGAQ-UM), introduzido pela A3ES, que tem por finalidade promover a política para a qualidade em todas as vertentes da missão institucional, abrangendo, de forma sistemática, todas as atividades desenvolvidas pela Universidade, sejam na área do ensino, da pesquisa ou da interação com a sociedade (UMINHO, 2015).

Essas ideias vêm ao encontro das defendidas por Vargas (2009), onde o autor se refere que a implantação de um modelo de avaliação de projetos, visa a excelência no alcance dos objetivos através da orientação das atividades das diversas áreas organizacionais na busca dos objetivos.

De acordo com a A3ES (2013), os Sistemas de Avaliação e Acreditação possuem o intuito de apoiar as instituições na implementação dos seus sistemas internos de garantia da

qualidade, contribuindo para a promoção e difusão de uma cultura da qualidade nas instituições, a Agência promove a elaboração de estudos comparativos, a nível europeu, com vista a analisar as principais tendências em matéria de especificação e certificação dos referidos sistemas internos.

A Política de Extensão da UFSM já se refere a alguns elementos semelhantes, pois de acordo com o documento, a avaliação deveria acontecer interna e externamente, como um processo de medição considerando metas e resultados efetivos. A definição de uma política que contenha os mecanismos da avaliação, além de aferir o trabalho realizado, também servirá para atender a necessidade da UFSM ter um diagnóstico das suas ações de extensão (UFSM).

Na opinião do E4, deve ser criada uma Agência de Extensão para atender aos princípios da avaliação das ações no âmbito da instituição.

[...]: na pesquisa tem gente que avalia aqui para nós, agora na extensão não tem essa avaliação, não tem uma agência de extensão, o CNPQ não admitiu ainda assumir a extensão, pois poderia assumir ou criar uma agência de extensão. Então quando me pergunta da gestão da avaliação, também passa por aí, nós precisamos de uma Agência Nacional de Extensão, assim como temos o CNPQ, CAPES, etc. (E4, 2015).

A partir da identificação e caracterização de casos de boas práticas, retira-se ensinamentos úteis para a concessão e desenvolvimento do modelo de avaliação, bem como alguns elementos que possam ser orientadores para as instituições, sem prejuízo, no entanto, da flexibilidade necessária para o desejável desenvolvimento de abordagens inovadoras que possam surgir no âmbito do exercício da autonomia institucional (A3ES, 2013).

Evidências apontam para a necessidade de a UFSM tornar a avaliação da extensão universitária uma prioridade institucional, atendendo aos requisitos do mundo contemporâneo, ouvindo seus pares, buscando ações inovadoras e principalmente contando com a ajuda de todos os centros e unidades de ensino para elaboração dessa proposta de avaliação.

#### *5.3.4.2 Planejamento de ações*

De acordo com o PDI (2011), existe uma preocupação da Instituição para com as melhorias nas ações de extensão que já existem, assim como, para as futuras iniciativas.

Na concepção de Kerzner (2002) planejamento é direção, organização e controle de recursos organizacionais em um dado empreendimento, levando-se em conta custos e desempenhos estimados.

Para Soto (2010), as estruturas organizacionais devem responder aos desafios contemporâneos, organizando os grupos que, no conjunto, possam realizar com eficácia as tarefas necessárias para a consecução das metas e objetivos.

Segundo a página institucional, na versão 2016-2026 do PDI-UFSM, que está em construção, já se destaca como um dos desafios enfrentados o aprimoramento do método de planejamento, com intuito de transformar o horizonte que parece abstrato em ações concretas, que tenham a capacidade de dar direção ao caminho a ser percorrido, sem restringi-lo demasiadamente (UFSM-2016).

Tomando como exemplo, a Universidade de Coimbra possui desde 2011 o Planejamento Estratégico, tendo como um dos principais objetivos a ambição de projetar a Universidade num rumo de excelência. O processo de Planejamento Estratégico agenda e estabelece as principais linhas de orientação, bem como as ações e critérios de avaliação que facilitem o alinhamento dos recursos, de modo a satisfazer as necessidades e corresponder às expectativas de todos aqueles a quem a UC pretende servir e que serão afetados por essas escolhas (UC-2016).

A Política de Extensão da UFSM desde sua criação já determinava como propósito e planejamento de ações, a criação de um sistema de indicadores para avaliação da extensão universitária, a ser posteriormente incluído no SIE, com o intuito de tornar permanente a avaliação institucional das ações de extensão universitária, como parâmetro de avaliação da própria Universidade (UFSM, 2008).

Concordando com as ideias supracitadas, Vargas (2009) traz a ideia de que planejar, executar e controlar um projeto ou uma ação de maneira eficaz, é importante saber o passo a passo do processo de criação e de gestão dos mesmos.

Retomando ideias de autores do referencial teórico norteador deste trabalho, destaca-se o trecho em que Silveira (2011) se refere que no planejamento de projetos ou ações, é importante se pensar num processo cíclico, com etapas organizadas cronologicamente, que devem ser respeitadas devido à necessidade de manter o processo organizado e com suas etapas bem definidas, com o fim de facilitar os gestores na administração das tarefas e da equipe.

Assim, concordando com essas ideias, o E3 ressaltou o fato de que uma das grandes metas de planejamento da Pró-Reitoria de Extensão da UFSM é em parceria com o Centro de Processamento de Dados (CPD), fazer com que toda e qualquer ação de extensão registrada no SIE possa ser visualizada por ela sempre que necessário.

O entrevistado ainda diz que isso oportunizará um maior controle das ações no âmbito da Instituição.

Os projetos deveriam vir para a Pró-Reitoria, mas nossa proposta ainda não se configurou porque o CPD está fazendo vários outros projetos que são de antes, mas seria assim, você registra um projeto de extensão, qual seria a função da Pró-Reitoria nesse processo? Seria avaliar em que linha de extensão esse projeto se inscreve, qual a população alvo e quais os instrumentos de avaliação e acompanhamento do produto final dele. E nós não temos hoje competência no nosso SIE que nos permita fazer isso. Essa é a primeira constatação (E3, 2015).

Para colaborar na discussão sobre a importância do planejamento de ações institucionais, destaca-se o fragmento da entrevista com um dos criadores da Política de Extensão da UFSM. Abaixo, as palavras do E1 e protagonista de parte da história da extensão da Universidade Federal de Santa Maria.

[...]: quando nós participamos da gestão a partir de 1998/1999 a primeira coisa [...]: que começamos a discutir foi o seguinte: Qual é a política de extensão da universidade? A universidade na verdade não tinha política, ela tinha algumas diretrizes de extensão, aí nós pensamos em fazer uma política, mas a política significa o quê? Um amplo debate na instituição para aprovar a política de extensão. Nesse sentido a gente começou durante meses a fazer as primeiras reuniões definindo o que seria essa política de extensão. Aí depois nós abrimos isso para os debates nas unidades. As unidades ao longo de um bom tempo, praticamente um ano e pouco fizeram esse debate, os GAPs levaram até a Pró-Reitoria de extensão e aí por mais uns seis meses então, conseguimos configurar uma política. Essa política atendia a realidade da Instituição, não são diretrizes, é o que que cada experiência de unidade tem que pode compor uma política. Na verdade, a Universidade Federal de Santa Maria é pioneira disso no Brasil, em ter uma política de extensão (E1, 2015).

O E3 se referiu a ações importantes que estão sendo realizadas no contexto da Extensão Universitária da UFSM:

Uma das coisas que nós introduzimos a partir do ano passado foi uma formação para os nossos bolsistas de extensão, inclusive estamos realizando [...]: na sequência a gente fez uma avaliação dos limites e das potencialidades que o FLEX apresentou e essa avaliação foi feita na Câmara de Extensão. Aí, uma das inovações que nós fizemos para o edital de 2015 foi a inclusão de um curso de formação para os bolsistas de extensão. Porque nós entendemos que especialmente na extensão, na pesquisa não posso falar, os nossos bolsistas são muito importantes na execução e inclusive no momento da avaliação dos projetos (E3, 2015).

Contribuições como essas, ratificam a importância do planejamento de ações a curto, médio e longo prazo, pois se a UFSM conta com uma Política de Extensão nos dias de hoje, é porque no passado, pessoas se planejaram e trabalharam para que isso acontecesse. Isso reforça a ideia de que para se construir um instrumento de avaliação das ações de extensão da UFSM,

é preciso o trabalho e o empenho de todos, numa busca constante pela excelência e qualidade da extensão universitária.

#### *5.3.4.3 Controle das ações de extensão*

O PDI da UFSM preconiza que toda ação planejada e executada deve prever um processo de avaliação para verificar se os objetivos, metas e resultados esperados efetivamente foram alcançados. Deve-se indicar o método de avaliação (quantitativa / qualitativa), as técnicas e os instrumentos. Também deve indicar quem participará do processo de monitoramento e avaliação, com destaque para o nível de participação dos beneficiários da ação de extensão (UFSM, 2014).

Na óptica da Política de Extensão, o processo de avaliação permite à Instituição uma definição do seu real perfil na área extensionista, o dimensionamento da produção por áreas temáticas e linhas de extensão, bem como proporciona informações sobre o impacto da atividade universitária no desenvolvimento da comunidade e a contribuição da extensão na formação profissional dos acadêmicos da UFSM.

No papel, as ideias são semelhantes às desenvolvidas nas universidades de Coimbra e do Minho, em que a avaliação da qualidade e a acreditação desenvolvem-se através da criação de Sistemas Internos de Garantia da Qualidade (SIGAQ), por uma Comissão de Avaliação Externa (CAE) incluindo estudantes. E, finalmente pela A3ES, que visita os estabelecimentos de ensino e reúne-se com a direção da IES, a equipe de auto avaliação, os responsáveis pelo ciclo de estudos em avaliação, bem como com representantes dos docentes, estudantes, pessoal não docente, antigos alunos e entidades externas.

Na prática, as palavras do E2, fazem referência aos métodos de controle das ações de extensão da UFSM:

[...]: a atividade de extensão e a gestão da extensão dentro da Universidade efetivamente ela não é bem reconhecida e também não é bem valorizada [...]: A gestão da extensão por esse motivo, acaba perdendo força, perdendo autoridade, perdendo poder. Ela não tem o respaldo das instâncias superiores digamos assim. Por que as vezes as instâncias superiores passam por cima disso desde que uma outra situação lhe seja mais importante mesmo somente do ponto de vista político. Vou dizer claramente, se tem uma atividade de extensão que do ponto de vista político ou do ponto de vista financeiro, ele mesmo colabora para que essa atividade não seja controlada, regulamentada pela política de extensão e pela política de gestão da extensão. O administrador superior, no caso o reitor, ele apoia uma atividade dessas e ignora a gestão da extensão (E2, 2015).

As palavras do entrevistado deixam um sinal de alerta, assim como, apontam para a necessidade de haver mais controle das ações de extensão na UFSM. A gestão precisa de mais força política, pois na visão do especialista, a extensão universitária da UFSM não possui o respaldo que deveria e nem é valorizada como deveria ser.

Sabe-se também que, para se ter o controle das ações de extensão, precisa-se além de respaldo político, respaldo tecnológico, pois numa instituição de grande porte, num mundo globalizado e sedento por inovações, a informação precisa estar ao alcance das mãos.

Concordando com o exposto, nas universidades do Minho e Coimbra, esse controle é realizado pela A3ES sob a forma de organização e melhoria contínua do sistema e o modo de monitorização e revisão da política para a qualidade. Elas contam com duas estruturas fundamentais de coordenação e apoio: A Comissão de Acompanhamento, que assegura o acompanhamento e coordenação estratégica do sistema e os Serviços para a Garantia da Qualidade (SGAQ), como estrutura logística de apoio e coordenação funcional.

Reforçando as ideias centrais, Vargas (2009) destaca que o processo de monitoramento e controle acontece em paralelo às fases de planejamento e execução das ações. Tem como principal objetivo controlar tudo que está sendo realizado, sempre comparando com o planejado, realizando ações corretivas quando necessárias.

Conforme opinião do especialista entrevistado na UFSM, a falta de tecnologia dentro do SIE, impede que a Pró-Reitoria de extensão possa desempenhar o controle das ações de extensão de forma ampla e sistematizada.

O exposto pode ser confirmado através da opinião do especialista:

E aí você imagina, põe dois mil projetos e você não tem um software que permita fazer, você pega trezentos projetos e como é que você vai fazer cruzamentos? Manualmente numa planilha de Excel? Isso não funciona. Nós temos que institucionalmente, evoluir e desenvolver instrumentos de gestão que nos permitam fazer a gestão geral (E3, 2015).

O E4 faz referência sobre os relatórios de avaliação de projetos dispostos no SIE.

[...]: hoje os dados do SIE sobre projetos de extensão não servem para nada, pois ninguém analisa eles. As câmaras de extensão não cumprem seu papel e nem as comissões de extensão dos centros cumprem isso. Inclusive culpa minha também, pois nunca avaliamos relatório de extensão. E essa deveria talvez de ser a primeira ação de avaliação. Os centros deveriam avaliar o que seus próprios projetos e programas estão fazendo. Até para melhorar a posterior distribuição do recurso. E isso independe de um instrumento. Existe uma grande resistência na universidade pública brasileira das pessoas serem avaliadas, pois elas não gostam de ser avaliadas [...]: o professor acha

que depois que vem para a universidade pode fazer o que bem entende, que não pode ser avaliado por ninguém. Só que ele esquece que é um servidor público, tendo que ser avaliado, pois recebe dinheiro público. Ele deve ser avaliado inclusive no ensino, na pesquisa e na extensão. E não é avaliado, pois cada vez que você tenta melhorar nossos instrumentos de avaliação e utilização dos recursos, são muitos os reclames, são muitos os documentos de recurso para a própria comissão de extensão, para os diretores de centro, para a câmara de extensão em relação as decisões das comissões setoriais (E3, 2015).

Portanto, fica evidente que as ações de extensão da UFSM necessitam de atenção por parte de todos os envolvidos. Ela precisa de apoio político, tecnológico, aportes financeiros e principalmente, de valorização dentro da instituição, pois corre riscos de simplesmente deixar de existir na prática no âmbito institucional.

Porém, essa “Universidade” somente se justifica se considerados os seus fins, os quais, em resumo, tratam da produção de conhecimentos como aporte ao desenvolvimento humano, voltados a uma permanente interação proativa com a Sociedade local, regional, nacional e países com potencialidade de problematizar a realidade de inserção da UFSM. Para alcançar esse objetivo, a concepção fundadora da UFSM incluiu também a convivência extramuros, tanto no sentido de uma integração das atividades acadêmicas de ensino e pesquisa com outras comunidades universitárias do país e do mundo, quanto no de manter um relacionamento efetivo com as comunidades leigas da sua região (UFSM, 2008).

### **5.3.5 Política de Extensão da UFSM**

Esta grande categoria foi dividida em três (3) subcategorias para facilitar o aprofundamento da análise e conseqüentemente o entendimento do tema em discussão. São elas: Conhecimento e utilização; Relação Universidade-sociedade e Equilíbrio entre ensino-pesquisa-extensão.

O documento diz que os orientados substantivamente por tal política e aos atores institucionais cabem as tarefas de planejamento, registro, inserção e avaliação, que em última análise cumprirão a missão da Instituição. A operacionalização das ações de extensão deverá estar de acordo com as políticas internas de gestão da UFSM, seguindo, igualmente, políticas públicas de interesse geral da Sociedade (UFSM, 2008).

Figura 8 - Categoria Política de Extensão e suas respectivas subcategorias



Fonte: Elaborado pelo autor.

A figura 8 ilustrou a divisão da categoria Política de Extensão da UFSM, conforme o texto supracitado.

#### 5.3.5.1 *Conhecimento e utilização*

Nesta seção, o objetivo foi saber um pouco mais sobre a Política de Extensão da UFSM, assim como, sua utilização na organização de programas, projetos e ações na área da extensão universitária da UFSM.

A primeira Política de Extensão da UFSM foi criada de forma institucional em 1998, sendo regulada pela Resolução N. 006/2001, a qual foi rediscutida e reelaborada em 2008, ano de sua aprovação pelo Conselho Universitário, e regulamentada pela Resolução N. 025/2008 (PDI, 2011).

De acordo com o documento que rege a política, sua concepção orienta-se pelos critérios da indissociabilidade das áreas do ensino, pesquisa e extensão, que objetiva proporcionar à Sociedade aportes de conhecimentos destinados a superar os entraves de seu desenvolvimento e/ou de complementaridade às suas necessidades cotidianas. Da mesma forma, numa mão dupla que se estabelece, recebe da Sociedade contribuições de suas vivências e experiências agregadas historicamente por seus membros.



Para sua validação institucional todas as ações de extensão da Universidade deverão ser registradas no Sistema de Informações Educacionais (SIE), com a devida supervisão das respectivas chefias de Departamento e dos Gabinetes de Projetos das Unidades (UFSM, 2008).

A Política de Extensão da UFSM disserta que, toda a elaboração de Projetos deve atender às regras da metodologia científica, e que os projetos deverão constar elementos que evidenciem: o objeto extensionista, os objetivos das ações, a abrangência da população-alvo, a significação social e/ou institucional da sua realização, metodologia de trabalho prevendo a interdisciplinaridade e/ou multidisciplinaridade, marco teórico, recursos humanos, previsão de parcerias, recursos materiais e financeiros, cronograma de trabalho, resultados esperados, previsão de formas de avaliação da ação envolvendo um processo interno e outro da comunidade e/ou instituições partícipes.

Então, o exposto deixa claro que as ações de extensão devem ser registradas no SIE, devendo ser de conhecimento de toda comunidade acadêmica e principalmente da Pró-Reitoria de Extensão, para fins de acompanhamento, controle, avaliação e possíveis intervenções.

A seguir, foram destacados alguns elementos das entrevistas com os especialistas na área de extensão da UFSM e membros de Gabinetes de Projetos (GAP), com o objetivo de elucidar se tais práticas realmente são cumpridas na prática institucional.

Na óptica do E5, as ações cumprem na prática o que a Política de Extensão da UFSM coloca como primordial para se trabalhar com a extensão.

[...]: os projetos todos eles têm registro no SIE, o SIE é o nosso sistema único para registro de todas as nossas atividades básicas da universidade. Então todo projeto após o seu registro, no final do ano a PROPLAN abre um período oficial para que os professores e técnicos que tenham projetos registrados façam a avaliação, ou seja, eles vão dizer se foi concluído e vão anexar um relatório, ou final ou parcial se não foi concluído. Esse relatório o professor ele anexa ali e tramita para a chefia imediata, que pode ler e aprovar ou não. Se aprovar ela manda para o GAP, que manda para a nossa comissão de extensão do centro. Cada centro tem seu gabinete de projetos e sua comissão, e esta comissão faz uma análise. Os projetos que são contemplados com recursos do governo, que vem para universidade e é repassado para os GAPs, então esses projetos [...]: que são chamados FIEX que é Fundos de Incentivo a Extensão, dividido entre os projetos inscritos e aprovados, então esses projetos além dessa avaliação no SIE eles fazem ainda outro relatório via portal do professor, que é analisado e depois ainda a Pró-Reitoria de Extensão faz uma mesa redonda com os alunos bolsistas desses projetos, desse edital, e tem ainda mais uma avaliação pela Pró-Reitoria de Extensão (E5, 2015).

Mas, na visão do E1, existem algumas falhas nesses processos.

A partir do momento da criação da primeira política, era obrigado a ter o registro, a partir do momento que não houvesse o registro, aquela atividade não era reconhecida. Então, [...]: depois com a criação do SIE ela cai na caixa e vai para a comissão do centro e aí, quando a Pró-Reitoria quer um conhecimento, ela vai no sistema e ela tem. Isso levou muito tempo para acontecer e foi muito difícil. Até hoje se pergunta assim, lá na Pró-Reitoria de extensão, quantos projetos de extensão a universidade desenvolve? Vai no sistema e consulta o total. O que aconteceu por um bom tempo? Tinha professor que desenvolvia a ação e não registrava. Qual era a intensão do professor? Ou era desleixo por um lado e por outro lado ele fazia diretamente a porta com outras fundações [...]: por mais que existisse a Política de Extensão. O problema era que não havia como fiscalizar quem estava fazendo isso por fora e nem como punir. Hoje não, hoje o professor em tese, ele tem que saber que há uma política de extensão e todos os trâmites que ele tem que fazer. E ainda acontece. O Pró-Reitor deve saber aquilo que está no sistema, ele não tem como controlar as unidades e subunidades. Agora se um chefe de departamento sabe que isso acontece, ele é responsável e o professor também, inclusive passível de punição. Até dependendo do tamanho da encrenca, até de perder o cargo. Ministério Público hoje está em cima e se envolver dinheiro pior ainda. Mas um dia a casa cai (E1, 2015).

O E2, ao ser questionado sobre o total conhecimento da Pró-Reitoria das ações de extensão que acontecem na Instituição respondeu:

Isso melhorou muito com a Política de Extensão. Antes não tinha, a Pró-Reitoria não tinha esse conhecimento. Esse conhecimento e registro melhorou muito depois da criação da Política de Extensão. Mas acontecia e acho que ainda acontece de muitas atividades de extensão não serem devidamente registradas, portanto, elas se desenvolvem alheio a gestão, sem o conhecimento da gestão, sem a gerência da gestão universitária. Tem muita coisa, principalmente na prestação de serviços, que ela se desenvolve à margem da política de extensão e da gestão, especialmente nessa área que é uma atividade da extensão. Essa é talvez uma das mais importantes funções desenvolvidas e quanto mais significativa a ação de prestação de serviços, mais distante ela fica da gestão da extensão (E2, 2015).

Sobre os coordenadores utilizarem a Política de Extensão como regimento para registros de projetos, mesmo com recursos externos, O E1 respondeu:

Alguma parte é externo, eu diria que pelo percentual, grande parte dos recursos da extensão hoje são do orçamento da Universidade 5% e do PROEXT. Agora, excepcionalmente existe esses outros projetos que conseguem captar recursos. Se você pegar a área da química, ela é uma captadora de recursos, se pegar a área das tecnologias, é captadora de recursos. Então tu tens alguns, não recursos públicos, recursos privados. Hoje é lei, se não é cumprida é outra história. Mas é lei porque existe uma política de extensão, ela aprovada no Conselho Superior da Universidade e todo professor que fosse fazer isso deveria inclusive na aprovação da subunidade, teria que pegar a política e ver se ela cumpre todos aqueles critérios. Depois quando fosse para o sistema a comissão de extensão deveria avaliar também e dependendo mandar para a Comissão de Ética também se fosse o caso. Agora se o professor ou Técnico Administrativo não faz isso, está infringindo a lei (E1, 2015).

Colaborando com o exposto, o E4 acrescentou que:

Na verdade a política estabelece alguns princípios, mas quando a gente vai avaliar projetos de extensão, que a gente vai registrar projetos de extensão, que a gente vai cobrar dos extensionistas, a gente muitas vezes esquece esses princípios. Porque se aplicados, eles colocariam grande parte dessas atividades consideradas de extensão fora dessa definição da política atual. Tanto que hoje, já querem mudar a política, em vez de mudar a extensão da universidade, querem mudar a política de extensão para se adequar ao que a Universidade faz (E4, 2015).

Portanto, fica evidente que a gestão das ações de extensão da UFSM necessita de uma nova forma de atuação. Não bastará apenas investir em qualificação pessoal, melhorias tecnológicas e recursos financeiros. Se faz necessário investir na promoção de mudanças de atitudes, tendo mais comprometimento e responsabilidade pela causa. Isso irá gerar mais autonomia para a gestão da extensão, o que possibilitará o desenvolvimento da criatividade e da inovação.

#### *5.3.5.2 Relação Universidade-Sociedade*

Aqui, foram dispostas as triangulações a respeito da subcategoria Universidade e sua relação com a Sociedade, conforme orientação da Política de Extensão da UFSM, referencial teórico e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFSM.

No texto do PDI (2011), a extensão é vislumbrada para os próximos cinco anos com a proposta de buscar cada vez mais a sua consolidação, tanto na proposição de promover a interação da UFSM com a comunidade externa, quanto de fortalecer o ensino e a pesquisa.

O documento institucional relata também a trajetória da UFSM na área de extensão demonstrando o significado de sua existência para a melhoria da qualidade de vida de inúmeras pessoas envolvidas em suas atividades extensionistas. Como exemplo, as pessoas com necessidades especiais, pessoas da terceira idade, grupos de profissionais e de educadores e populações em situações de risco, das mais diversas regiões no entorno de Santa Maria, do Estado do Rio Grande do Sul e dos demais estados brasileiros (PDI, 2011).

A Política de Extensão da UFSM ressalta a importância de valorizar todas as contribuições agregadas pela história da Universidade ao longo da sua existência, bem como inserir novas contribuições que respeitam as particularidades de cada área de conhecimento da Instituição, além de reconhecer questões pontuais demandadas pela Sociedade. Por isso, considera como mérito todos os esforços da comunidade universitária para estender saberes e

para realizar uma efetiva interação com as comunidades-alvo, priorizando ações voltadas à melhoria das condições de vida e bem-estar da população.

Retornando ao referencial teórico balizador deste estudo, destacam-se dentre outras, as ideias defendidas por Freire (2006) na qual se refere que, para fazer extensão universitária é necessário compreender o outro como sujeito histórico, cultural, respeitando seus valores e cultura, assumindo compromissos com a mudança.

Ao encontro dessas ideias, estão as elencadas pela PNext (2012), afirmando que a extensão se coloca como prática acadêmica que objetiva interligar a universidade, em suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da sociedade, sendo parte indispensável do pensar e fazer universitário.

Riaga e Rubiano (2011) destacam a validade do tema e sua importância como função fundamental para com o ambiente, projetando-se o seu conhecimento e fornecendo soluções em uma interação de duas vias que enriquece a universidade e a sociedade.

Colaborando com o exposto e trazendo algumas considerações importantes sobre essa relação, destaca-se a fala do E1:

[...]: temos um grande problema. A sociedade em si aceita bem a atuação da Universidade, o problema são os atravessamentos sob o ponto de vista do Estado. O estado aqui eu diria prefeitura Municipal e Governo Estadual, pois é muito difícil trabalhar com esses dois parceiros, porque a Universidade gera uma sombra em relação a esses setores [...]: quando ela chega de forma propositiva e começa a mudar um pouco a cabeça das pessoas. Isso não é bom para o poder municipal e nem para o estadual. A Universidade poderia ser uma grande parceira na elaboração das melhores políticas públicas. Aquilo que realmente o conhecimento pode dizer que é bom para a sociedade. Mas isso geralmente acaba num grande paredão, num grande empecilho porque o atravessamento municipal vai acabar interferindo nas secretarias que têm ciúmes, um medo da sombra da Universidade. A mesma coisa no poder estadual, porque geralmente são setores despreparados tecnicamente, são políticos e não técnicos. Quando a gente consegue atingir diretamente a sociedade, a gente faz muita coisa (E1, 2015).

Destaque também para as colocações do E4, onde diz que:

Acho que é inegável que a UFSM melhorou bastante nos últimos anos. E que hoje consegue fazer uma interação muito melhor com a comunidade do que fazia antes. Mas é impossível de alguém deixar de reconhecer, mesmo o Reitor, que a Universidade ainda tem muita dificuldade de fazer essa interação e muita dificuldade de incorporar no seu dia-a-dia as demandas da sociedade, então tem muitas políticas públicas [...]: que a UFSM desconhece e não se envolve. E a Universidade tem hoje em todas as áreas uma defasagem em relação aquilo que a sociedade está vivendo e precisando e o que ela faz aqui dentro. Então a Universidade tem a ideia de gerar

pesquisa básica, gerar aquele conhecimento público que num futuro vai ser importante para a humanidade. É obvio que esse conhecimento é importante, mas ela não pode fazer só esse conhecimento. Ela tem um outro conhecimento mais aplicado, que tem a ver com a vida das pessoas e das comunidades que é muito mais importante para o desenvolvimento da região em que estamos inseridos, do que esse próprio conhecimento básico [...]: então, eu acho que a Universidade tem que admitir que ela tem que fazer uma pesquisa muito mais aplicada, muito mais concreta e voltada às dificuldades que a comunidade da região enfrenta (E4, 2015).

O E1, afirma que:

Não, ainda não é a ideal, está muito longe de ser uma instituição que consiga atender a essa demanda regional. Quando ela foi criada, ela foi pensada, ainda nos anos 1940-1950, e institucionalizada em 1960, a intenção, aí tem que ler o livrinho do Dr. Mariano da Rocha, da concepção da universidade, ali vai dizer exatamente o que que era a Universidade, para que ela serviria? Para o rico e para o pobre, para acabar com essas grandes diferenças regionais que nós temos. Porque a Universidade foi criada numa área de baixo desenvolvimento econômico. De uma mentalidade conservadora, tradicional e ligada ao latifúndio. A Universidade deveria fazer essa transformação e até hoje ela não conseguiu fazer isso (E1, 2015).

A interação com a sociedade na Universidade do Minho se dá pelo resultado de uma extensa rede de parceiros dos domínios econômico, social e cultural. A relação com a sociedade realiza-se através de duas dimensões fundamentais: a interação com o tecido econômico e produtivo envolvente e a atividade cultural. Ela busca o desenvolvimento social e econômico da região em que se insere e para o conhecimento, defesa e divulgação do seu patrimônio natural e cultural (UMINHO, 2016).

Ideias semelhantes são verificadas na Universidade de Coimbra, no qual um dos objetivos principais do Planejamento Estratégico 2015-2019 da UC é o de fortalecer o papel motor da Instituição no desenvolvimento econômico, social e cultural. Ela considera fundamental incrementar e consolidar as iniciativas de aproximação à sociedade, assegurando a motivação e mobilização de todos para a afirmação do conhecimento como fator de progresso, de sucesso e como elemento essencial para o desenvolvimento econômico-social (UC, 2016).

É pertinente o destaque das ideias defendidas pelo E2, como forma de empoderamento deste item.

De um modo geral não se pode pensar hoje que alguém ou alguma organização possa resolver tudo sozinho. Da mesma forma a extensão universitária não resolve tudo sozinha. Agora para isso é preciso que exista interações entre as organizações e cooperações múltiplas. Por exemplo, se um projeto de extensão vai ser desenvolvido para uma determinada solução, para um determinado segmento da sociedade, e ela compreender o que ela está desenvolvendo, ou um projeto de pesquisa, essa demanda tinha que ir para pesquisa e essa pesquisa tinha que [...]: muitas vezes ser orientada

pelo que a extensão está demandando para a universidade e isso não acontece. [...]: então as vezes um projeto de extensão pode não ser completo, não atingir a sua meta plena porque não tem cooperação as vezes com um outro segmento da sociedade, mesmo segmento da pesquisa, mesmo segmento de uma outra organização acadêmica (E2, 2015).

Para o fechamento da triangulação desta subcategoria, destacam-se as ideias defendidas por Teixeira (2007), dissertando que história de todos os países que floresceram e se desenvolveram é a história de sua cultura e a história das suas universidades, significando assim, que a universidade tem a função de conservar o saber vivo e não morto, nos livros ou no empirismo das práticas não intelectualizadas.

### *5.3.5.3 Equilíbrio entre ensino-pesquisa-extensão*

Nesta subseção foi discutida a relação de equilíbrio entre as ações de ensino, pesquisa e extensão no interior da Universidade Federal de Santa Maria sob a forma de complementação dos achados quantitativos do referido trabalho, baseando-se principalmente na opinião dos especialistas na área de extensão, na Política Nacional de Extensão (PNext), no referencial teórico e no texto da Política de Extensão da UFSM.

De acordo com a Política Nacional, a extensão é um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade, como uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração das práxis de um conhecimento.

Sua concepção orienta-se pelos critérios da indissociabilidade das áreas do ensino, pesquisa e extensão, que objetiva proporcionar à Sociedade aportes de conhecimentos destinados a superar os entraves de seu desenvolvimento e/ou de complementaridade às suas necessidades cotidianas. Da mesma forma, numa mão dupla que se estabelece, recebe da Sociedade contribuições de suas vivências e experiências agregadas historicamente por seus membros (PNext, 2012).

As palavras de Ribeiro (2011), vem ao encontro do exposto acima, pois considera que deve existir uma inter-relação ou um equilíbrio entre o saber científico, desenvolvido nas universidades, com o saber oriundo do senso comum. Ideal de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Na concepção do E4, a UFSM não consegue estabelecer esse equilíbrio, pois seu perfil está voltado para a pesquisa.

A Universidade não está preparada para isso, porque hoje, e isso acho o mais importante de toda a discussão, hoje as universidades todas, elas estão voltadas para a pesquisa. Não porque alguém tenha decretado isso, mas por uma questão fática. Os professores têm mais interesse em fazer pesquisa do que extensão, porque eles têm mais recursos para fazer pesquisa, ganham mais bolsas para alunos inclusive. Eles têm um currículo maior com a pesquisa. Quem faz extensão é porque realmente gosta, acredita nela e muitas vezes por princípio do que por qualquer outra coisa (E4, 2015).

Ideias semelhantes e com o mesmo tom de frustração, podem ser visualizadas nas palavras do E2.

E na maioria das vezes as demandas que chegam na Universidade não são atendidas porque o corpo docente, o corpo extensionista, o corpo pesquisador da instituição não é motivado para se envolver numa coisa que não vai lhe dar nenhuma compensação. Então o gestor da extensão as vezes fica de mãos amarradas e numa situação muito constrangedora, porque você não vai dizer que a Universidade não vai prestar o serviço por causa disso e daquilo, pois temos que proteger a imagem da Universidade. Você se compromete até pessoalmente com aquela expectativa de atendimento à uma demanda sabendo a priori que você não vai ter condições, não vai ter recurso para cumprir com aquilo ali. Então para mim era a coisa mais frustrante, uma das maiores decepções era com isso, com essas situações em que frequentemente você se depara (E2, 2015).

O E1 trouxe a ideia de falta de interação entre ensino-pesquisa-extensão na considerada por ele, a terceira geração de professores.

Esse pessoal não fala em extensão. Isso para mim foi um balde de água fria que aconteceu na renovação do que eu chamo para mim da terceira geração de professores. A primeira geração de professores para mim foi graduação, a segunda pesquisa e extensão e a terceira voltou para graduação e para pesquisa. Por outro lado, nós temos um grupo que historicamente nos últimos 10 anos, eu diria que antes do REUNI, um grupo de docentes que talvez hoje signifique 10 ou 15% dos professores da Universidade que eles têm essa mentalidade da indissociabilidade, pois eles fazem uma boa graduação, são ótimos professores, são ótimos pesquisadores e fazem a extensão como ela deve ser feita (E1, 2015).

As ideias defendidas pelos especialistas em extensão da UFSM vêm ao encontro dos achados quantitativos encontrados na caracterização conforme dados institucionais, onde, a realidade da Universidade Federal de Santa Maria, em relação a projetos e ações, é de 65% na área da pesquisa, 17% na extensão, 13% de ensino, enquanto que as atividades de desenvolvimento institucional estão no patamar de 5% e as de prestação de serviços possuem quatro (4) projetos registrados, o que ficou estatisticamente sem efeito.





A ilustração demonstra os elementos que mais se destacaram nos textos estudados para a elaboração desse trabalho conclusivo. Sua apreciação remete a uma reflexão sobre o tema e parece transmitir a mensagem de que se faz necessário, fazer alguma coisa importante e urgente pela extensão universitária da UFSM.

Assim, o trabalho chega ao seu propósito geral, deixando considerações, ideias e subsídios para o início da caminhada e quem sabe das discussões institucionais rumo à elaboração de um Instrumento de Avaliação para as ações de extensão da Universidade Federal de Santa Maria.

## 6 PROPOSTAS PARA A ELABORAÇÃO DE UM INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO DA UFSM

Este capítulo se destinou ao levantamento de propostas e subsídios para o desenvolvimento de um instrumento de avaliação das ações de extensão da UFSM baseado na opinião de especialistas, na Política de Extensão, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), nos modelos de apoio, como os utilizados nas Universidades do Minho e Coimbra, ambas de Portugal e principalmente pelo resultado da análise e triangulação do conteúdo proposto.

### 6.1 CONTRIBUIÇÕES FINAIS PARA O FECHAMENTO DO DEBATE

Dos textos extraídos das entrevistas, assim como, exemplos bem-sucedidos nas universidades do Minho e de Coimbra, considerou-se relevante destacar alguns, no sentido de abrilhantar a discussão de fechamento do debate.

As ideias do E1, por exemplo, fazem referência a importância do trabalho de avaliação pela comunidade externa.

Eu acho que antes de tudo a avaliação tem que existir. O importante seria que a avaliação fosse feita num primeiro momento pela comunidade. O problema é que você não pode dispor para a comunidade o instrumento que te cerca. Tu quer ser avaliado. Você não chega para a comunidade e diz ta aqui o instrumento para vocês nos avaliarem. Não, se propusesse que lá na ponta a comunidade criasse um instrumento e ela te avaliasse, você teria algo mais real. Por que tu levar um instrumento pronto para você ser avaliado tu já direciona o que você quer ser avaliado. Esse talvez seja o grande nó a ser desatado (E1, 2015).

O E5 também concorda que um Instrumento de Avaliação deve abranger a comunidade interna e externa à UFSM.

Um instrumento de avaliação deveria atender a comunidade interna e externa, porque a extensão ela existe voltada para comunidade. Ou seja, extensão na minha visão, é praticamente uma transferência de conhecimentos, uma aplicação dos conhecimentos em benefício da comunidade, então deve atender também a toda comunidade (E5, 2015).

Para o E3, uma das grandes dificuldades é a própria imagem da extensão perante a comunidade acadêmica.

“Então, na questão de avaliação da extensão, avançamos muito pouco, e, na minha opinião, é muito menos por uma questão de gestão e muito mais por uma questão de imagem do que é extensão e quais os critérios que nós temos que utilizar para avaliá-la”.

Para o E4, a construção do Instrumento de Avaliação deveria ser realizada de forma colaborativa por toda comunidade acadêmica.

Eu acho que a UFSM sentiu há muito tempo a necessidade de ter este instrumento, ela simplesmente não conseguiu construir este instrumento. No meu ponto de vista esse instrumento deve ser construído de forma participativa, os centros têm que debaterem, tem que construírem com os extensionistas daqueles centros, e depois esse debate vai ter que ir evoluindo, até chegar um ponto de chegar num instrumento que seja não muito exaustivo, complexo, que seja muito mais objetivo, fácil de aplicar e que não dificulte a avaliação de coisas diferentes. Não podemos querer avaliar muito detalhadamente as ações porque aí nós vamos ter problemas, porque as ações de cada área são diferentes. Eu acho que a gente necessita desse instrumento [...] nós teremos uma dificuldade de definir as diferenças entre nossos centros, com situações muito diferentes, pelas características de cada região [...] e na área da extensão, na área da pesquisa e ensino. O FORPROEXT pensou apenas nos princípios, mas cabe a cada universidade construir isso. Eu acho que a UFSM já poderia ter esse instrumento, mas não investiu nessa construção (E4, 2015).

As ideias do E2, remetem a importância de se avaliar de forma correta as ações, para se ter indicadores de pontos a serem melhorados em todo o processo.

Sem dúvida alguma, um instrumento de avaliação bem construído [...]: poderia revelar em números, essas incongruências que nós estamos discutindo. Uma avaliação poderia revelar de uma forma mais técnica, mais consistente esses conceitos que as vezes temos, como algumas que estou externando aqui mais pela observação dos fatos. Uma avaliação bem-feita poderia contribuir com isso (E2, 2015).

O E1 faz um alerta sobre as dificuldades de se propor algo novo no ambiente da extensão universitária.

O que tu vai propor provavelmente vai ser um grande desafio, como avaliar tudo isso? É complicado. Vou ser bem sincero [...]: todos os anos que a gente esteve lá debatendo é assim, comissões de extensão do centro, gabinetes de projetos, que vivem o dia a dia, é uma novela depois de você conseguir chegar a um produto e fazer com que os colegas entendam que aquilo tem que ser aplicado. É uma cultura complicada dos nossos colegas. O pessoal quando ia fazer uma ação de extensão porque sabiam que tinha dinheiro. Eles iam lá na Pró-Reitoria e perguntavam, como é que eu faço uma ação de extensão. Primeira coisa, entre no site da Pró-Reitoria de Extensão e leia lá a Política de Extensão. Depois você volte aqui com sua proposta, aí eles chegavam lá com um projeto de pesquisa, disfarçado de extensão [...]: mas o que eles queriam? Eles queriam o dinheiro da extensão. Aí o que você fica na desconfiança, não vai ser extensão nunca (E1, 2015).

De acordo com o E3, a extensão precisa de uma Agência Nacional dedicada a cuidar de todos os processos desde a criação até a finalização das ações desenvolvidas na UFSM.

Com uma Agência Nacional de Extensão, começaríamos a criar um regulamento, mesmo com as diferenças, mas criaríamos uma regulamentação da extensão no país. Hoje as universidades teriam dificuldades porque cada uma delas teria que criar uma política e uma forma, que com certeza bateria de frente contra um monte de questões que são estatutárias que tem a ver com nosso quadro ou estatuto jurídico único, inclusive dos servidores (E4, 2015).

Essas ideias assemelham-se às desenvolvidas nas Universidades de Coimbra e do Minho, no qual, todas as ações institucionais, inclusive as de interação com a sociedade, passam por avaliações internas, os chamados Sistemas Internos de Garantia da Qualidade (SIGAQ), e posteriormente por Comissões Externas (CAEs), sob a supervisão da Agência de Acreditação e Avaliação do Ensino Superior (A3ES), como já descrito anteriormente nesse trabalho.

O E1 ressaltou a importância de o Instrumento de Avaliação ser flexível, podendo assim ser melhor aproveitado no atendimento às peculiaridades de cada região.

Tu pega um projeto de pesquisa e vai ali avaliar e vê que isso aqui não cabe no meu projeto, mas tu tens que avaliar porque está ali regra, e se você não avaliar, se ralou, não tem conversa. Eu sou bem realista, eu vivi na base a extensão, fazia extensão quando comecei a trabalhar na Universidade, fazia pesquisa, ia a campo. E outra coisa, existem mentalidades diferentes, se você pegar a área de Palmeira já é diferente de Frederico. E se você pegar de Palmeira para Região da Campanha, mais diferente ainda (E1, 2015).

O E6 colabora com exposto ao afirmar que a falta de um padrão de avaliação dificulta todo o processo.

O grande problema hoje aqui é a gente conseguir um padrão. O que acontece, uma ação do CCS, ela tem algumas questões diferentes da ação de um CCSH, de um CT, um público as vezes diferente, a forma de tratar de um e do outro, são áreas diferentes, pelo centro...E há dificuldades sim em padronizar [...]: para pessoa entender. E aí tem isso também, uma linha de cultura vai ter alguns objetivos diferentes de uma linha de saúde, aí entra nessa questão do problema de padronizar. O que que tu consegues minimamente padronizar, para que as pessoas saibam o que tu analisou? O que tu consideras? Qual é a relação? (E6, 2015).

O E3, destacou ao longo do texto, as falhas no setor de tecnologia de informação, mais precisamente o SIE.

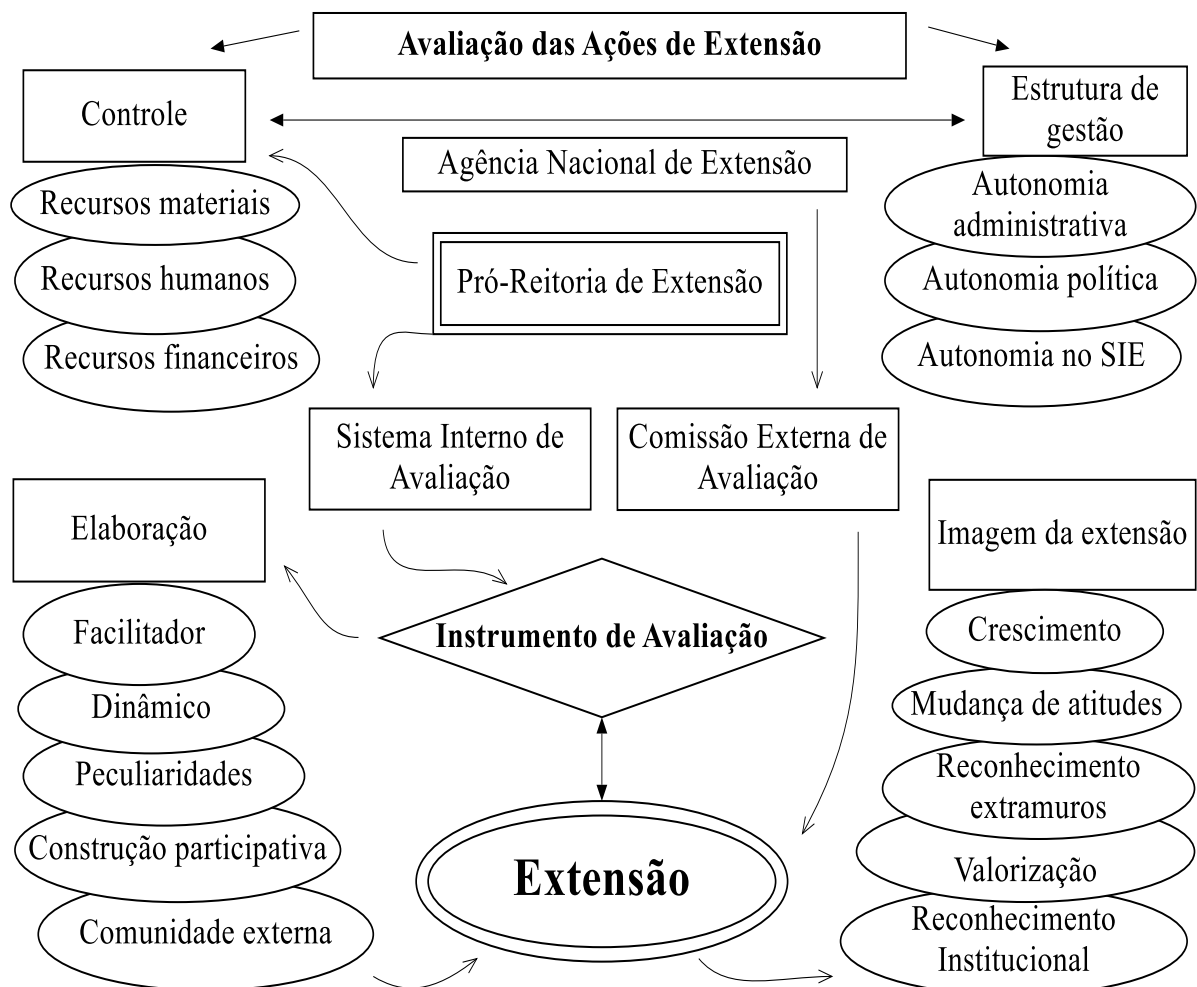
[...]Outra questão que nós identificamos e que eu tinha a ilusão de que era muito fácil, era só fazer um “click” [...]: e já nós poderíamos identificar, a partir das linhas, quais eram os professores e os técnicos que trabalhavam com determinado tema, o da criança, o da mulher, da adolescência, da agroecologia e tal [...]: quem são os servidores, se esse tema tem projetos ou programas de extensão (E3, 2015).

Essas foram as principais constatações de falhas, dificuldades e formas de melhorias apontadas pelos especialistas nos processos de avaliação das ações de extensão da UFSM.

## 6.2 PROPOSTAS E IDEIAS PARA ELABORAÇÃO DO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO PARA A UFSM

Como contribuição final do estudo, a figura 10 apresentará o esboço dos elementos mais relevantes de toda a análise e discussão dos resultados. Através dos subsídios encontrados até aqui, objetivou-se desenvolver propostas coerentes para o início ou andamento dos debates sobre a construção de um Instrumento de Avaliação para as ações de extensão no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria.

Figura 10 - Elementos-chave para elaboração do Instrumento de Avaliação



Fonte: Elaborado pelo autor.

Essa contribuição que o estudo proporcionou, servirá para a gestão da extensão da UFSM traçar os primeiros passos para o processo de análise, discussão e posterior elaboração do instrumento que ajudará no desenvolvimento, reconhecimento, assim como, na valorização e no maior comprometimento de todos para com as ações de extensão em seu meio.

O ideal traçado é que o Instrumento seja dinâmico, facilitador e que possa ser mais um diferencial para a UFSM manter fortalecida a extensão universitária em seu meio acadêmico, institucional, regional, nacional e também mundial.

## 7 CONCLUSÃO

O presente estudo obteve conclusões a respeito das ações de extensão presentes na UFSM, gerando e respondendo diversos questionamentos da atual situação dos processos de avaliação, dos entraves, dos pontos positivos, das falhas, dos méritos alcançados e das metas que estão sendo almeçadas para ações futuras dentro da área em questão.

Um dos objetivos específicos do estudo era fazer uma caracterização das ações de extensão universitária da UFSM, o qual trouxe números nada animadores da atual situação. Foram estudados os projetos de ensino, pesquisa e extensão concluídos até 2014 e o resultado foi uma queda de 4% nos projetos de ensino, 26% na extensão contra 11,5% da pesquisa em relação a 2012.

A realidade institucional da Universidade Federal de Santa Maria, em relação a projetos, é de 65% na área da pesquisa, 17% na área da extensão, 13% na área de ensino, enquanto que as atividades de desenvolvimento institucional estão no patamar de 5% e as de prestação de serviços possuem 4 projetos registrados, o que ficou estatisticamente sem efeito.

Os resultados apontam para uma forte queda no número de projetos e ações de extensão, evidenciando uma grande necessidade de ações mais eficazes na área em questão. O estudo também mostra uma disparidade em relação as três variáveis formadoras dos pilares da educação superior, se distanciando da ideia de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão defendido por vários autores no referencial teórico e lembrado aqui por Ribeiro (2011).

A caracterização das ações de extensão da UFSM até o momento, mostra que muito pouco ou quase nada se alterou de 2012 até 2014. Evidências apontam que as ações empregadas até o momento pouco contribuíram para o fortalecimento das ações de extensão no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria.

Os números foram confirmados através da resposta ao segundo objetivo específico, que era o de caracterizar a extensão conforme a opinião de especialistas. Todos os entrevistados acreditam que a pesquisa possui cerca de 70% do total de projetos registrados no SIE.

Evidências apontam para uma fragilidade mais saliente nas ações de extensão, principalmente na avaliação e controle sobre as mesmas pela Pró-Reitoria de Extensão, pois de acordo com o estudo realizado, foram detectados diversos problemas e falhas, dentre eles, a

falta de um sistema de informações que permita visualizar de forma integral e ágil, todos os projetos registrados no SIE.

Dentre os diversos achados no estudo, pela análise de conteúdo e pelas triangulações, destaca-se o fato de a extensão estar passando por problemas de reconhecimento e valorização, pois a procura por ações de extensão é inferior às de pesquisa por exemplo. Conforme a opinião dos especialistas e números trazidos pelos métodos quantitativos, muitos professores preferem trabalhar com pesquisa e pós-graduação a se envolver com a extensão, pois esta não proporciona o nível de currículo almejado por eles.

A análise da avaliação das ações de extensão nas dimensões da Política de Extensão, terceiro objetivo específico do estudo, classificou a avaliação como deficitária e muitas vezes, os projetos de pesquisa são disfarçados de extensão para angariarem recursos institucionais, o que evidencia uma conduta de desconhecimento ou desprezo pela política por parte dos coordenadores.

A incerteza da fidedigna realização desses trabalhos de extensão pode levar a Instituição à descrença por tais ações, confirmando paradigmas de que a extensão universitária serve apenas de “bengala” para os projetos de pesquisa alçarem um maior “status” frente a comunidade acadêmica, o que já pode ser constatado através dos números obtidos por este trabalho através da pesquisa e dos dados institucionais.

Acredita-se que, depois do exposto, a grande questão norteadora do estudo: Como são configurados os processos de avaliação das ações de extensão na Universidade Federal de Santa Maria, tenha sido respondida de forma plena, pois conforme os achados, já é possível entender de forma clara, através da leitura do trabalho, como funcionam os processos e quais são seus maiores entraves.

É importante ressaltar aqui um dos principais avanços obtidos pela extensão universitária da UFSM ao longo dos anos, pois é uma das pioneiras no Brasil pelo fato da criação de sua primeira Política de Extensão em 1998, servindo de modelo para outras instituições de ensino. A Política de Extensão da UFSM teve sua última versão atualizada em 2008 e vem se adaptando as mudanças que o Plano Nacional de Extensão institui.

Ficou evidenciado através do estudo, que a extensão universitária da UFSM necessita de apoio institucional, apoio financeiro, político e tecnológico. Ela necessita ser valorizada, apoiada e reconhecida, pois se trata de um dos pilares da educação superior.



Faz-se necessário uma mudança de postura de todos os envolvidos, caso contrário, a extensão universitária corre riscos de desaparecer do meio acadêmico e Institucional da UFSM. Necessita-se do empenho de todos para a elaboração de um Instrumento de Avaliação dinâmico, facilitador e que se adapte facilmente às peculiaridades de cada região e área de ensino da Universidade.

Essa construção deve ser participativa-colaborativa e discutida entre todos os Centros de Ensino, Unidades, Subunidades, comunidade acadêmica, comunidade externa, Comissões de Avaliação, Câmaras de Avaliação e Pró-Reitoria de Extensão, na busca do diálogo e entendimento da urgente necessidade de tal empreendimento.

O estudo possui suas limitações, e novas pesquisas, com novas técnicas de análise, mostrando realidades em outras instituições, em outros estados e até mesmo em outros países, seriam bem-vindas e com certeza iriam trazer contribuições para o processo de avaliação das ações de extensão da Universidade Federal de Santa Maria.

Espera-se que a conclusão do presente trabalho de pesquisa, traga contribuições para o desenvolvimento das ações de extensão na Universidade Federal de Santa Maria de forma geral, assim como, contribuições para estudos futuros na área da extensão universitária.

## 8 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. M.; GOMES, F.P.; LOPES, A.O.B. **Pesquisa em Administração: qualitativa ou quantitativa?** Revista das Faculdades Integradas Vianna Júnior, Juiz de Fora, v. 3, n.1, p. 151-175, jan./jun. 2012.

A3ES. **Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.** Disponível em: <<http://www.a3es.pt/pt/o-que-e-a3es>> Acesso em: 24 nov. 2014.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** 4 ed. Portugal: Edições 70, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Programa Universidade para Todos (PROUNI).** Disponível em: <<http://siteprouni.mec.gov.br>> Acesso em: 21 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/D6096.htm)> Acesso em: 21 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm)> Acesso em: 25 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: Senado Federal, 1996.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968. **Fixa as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.** Disponível em: <[www.jusbrasil.com.br/legislacao](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao)> Acesso em: 17 nov. 2014.

CAUDURO, M. T. (org.), et. al. **Investigação em educação física e esportes: um novo olhar pela pesquisa qualitativa.** Novo Hamburgo: Feevale, 2004.

CAVALCANTE, M. C. L. P. **Políticas de Educação Superior: Acesso e permanência de estudantes trabalhadores dos cursos noturnos (1996-2006).** Disponível em: <<http://www.ucdb.br/mestradoeducacao/pdf>> Acesso em: 21 nov. 2014.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em Administração.** 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

CORBIN, J.; A. STRAUSS. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para uma teoria fundamentada.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

CWTS. **Leiden Ranking.** Disponível em: <<http://www.leidenranking.com>> Acesso em: 03 ago. 2016.

CWUR – **World University Rankings.** Disponível em: <<http://cwur.org/>> Acesso em: 03 ago. 2016.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FÁVERO, M. L. A. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Educar, Curitiba: UFPR, n. 28, p. 17-36, 2006.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FORPROEX. **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras**. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/index.php?option>> Acesso em: 20 mar. 2015.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GRZYBOVSKI, D.; MOZZATO, A.R. **Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios**. RAC, Curitiba: v. 15, n. 4, pp. 731-747, Jul./Ago. 2011. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/rac>> Acesso em: 21 abr. 2015.

JEZINE, E. M. **Multidiversidade e extensão universitária**. In: FARIA, D. S. (Org.). **Construção conceitual da extensão na América Latina**. Brasília: UnB, 2001.

MORETTIN, P. A. BUSSAB, W. O. **Estatística Básica**. Vol. 7. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARTINS, C. B. **A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil**. Educ. Soc. vol.30 n.106 Campinas: jan/abr. 2009.

MEC. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>> Acesso em: 20 nov. 2014.

MOTTA, G. S. **Memórias Universitárias: Representações sobre o Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Santa Maria/RS, 2014**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/ppgcsociais/docs.graziela-motta>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

NETO, J. F. M. et al. **Extensão universitária: diálogos populares**. João Pessoa: 2002. Disponível em: <[http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao\\_academica/livros](http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/livros)> Acesso em: 17 nov. 2014.

NUNES, A.L.P.F.; SILVA, M.B.C. **A extensão universitária no ensino superior e a sociedade**. Mal-Estar e Sociedade. Barbacena: ano 4, n. 7, p. 119-133, jul./dez. 2011.

PIVETTA, H. M. F. (Org.) et. al. **Ensino, pesquisa e extensão universitária: em busca de uma integração efetiva**. Linhas Críticas, v. 16, n. 31, p. 377-390, Brasília: jul./dez. 2010.

PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/re nex/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/01-Plano-Nacional-Extensao/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>> Acesso em: 13 jun. 2016.

POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/re nex/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>> Acesso em: 13 jun. 2016.

PRADO, A. P.; YARI, J. **Assistência Estudantil: algumas considerações**. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br>> Acesso em: 21 nov. 2014.

R. Disponível em: < <https://cran.r-project.org/> > Acesso em: 13 jun. 2016.

**RENEX. Rede Nacional de Extensão.** Disponível em:

<[http://www.renex.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34&Itemid=18](http://www.renex.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=34&Itemid=18) > Acesso em: 14 fev. 2016.

**RESOLUÇÃO N. 25 de 10 de novembro de 2008. Estabelece normas de regulamentação, registro e avaliação das ações de extensão no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria.** Disponível em: < <http://jararaca.ufsm.br/websites> > Acesso em: 09 dezembro 2014.

**RIAGA, M. C. O; RUBIANO, M. E. M. La extensión universitaria en América Latina: concepciones y tendencias.** Bogotá: Educ.Educ. Vol. 14, n. 2, p. 349-366. mai./ago. 2011.

**RIBEIRO, R. M. C. A extensão universitária como indicativo de responsabilidade social.** Revista Diálogos, pesquisa em extensão universitária, Brasília: v.15, n.1, jul. 2011.

**ROCHA, R. M. G. A construção do conceito de extensão universitária na América Latina.** In: **FARIA, D. S. (Org.). Construção conceitual da extensão na América Latina.** Brasília: E. UNB, 2001.

**SILVEIRA, A. A. Gerenciamento de Projetos: Uma análise da Importância da Estrutura de Gerenciamento de Projetos no Alcance dos Objetivos Estratégicos.** Relatório de estágio profissional (Trabalho de conclusão do Curso de Administração) - Faculdade de Viçosa, Minas Gerais, 2011.

**SOTO, E. Comportamento Organizacional: O impacto das emoções.** São Paulo: Cengage Learning, 2010.

**TEIXEIRA, A. Notas para a História da Educação.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro: v.37, n.85, p.181-188. Jan./mar. 1962.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Plano de Desenvolvimento Institucional.** Santa Maria: 2011. Disponível em: <[http://w3.ufsm.br/proplan/index.php?option=com\\_content&view=article](http://w3.ufsm.br/proplan/index.php?option=com_content&view=article)> Acesso em: 21 novembro 2014.

\_\_\_\_\_. **Política de extensão da UFSM.** Santa Maria: julho, 2008. Disponível em: <<http://jararaca.ufsm.br/websites/prex/download/Politica/Politica.pdf>> Acesso em: 02 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Roteiro para elaboração de ações de extensão.** Santa Maria, 2014. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/pre/images/anexos-do-site/Roteiro2014.pdf>> Acesso em: 02 abr.2015.

**UMINHO. Plano de Desenvolvimento Estratégico UMINHO 2020.** Disponível em: <<http://www.uminho.pt/docs/plano-estrategico/2013/03/18/plano-estrategico-uminho-2020.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2015.

**UNESCO. Declaração mundial sobre educação superior para o século XXI: Visão e ação,** 1998. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br>> Acesso em: 21 nov.2014.

**UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Plano Estratégico 2011-2015.** Disponível em: <[http://www.uc.pt/planeamento/PEA\\_2011\\_2015\\_v1.swf](http://www.uc.pt/planeamento/PEA_2011_2015_v1.swf)> Acesso em: 20 mar. 2015.

**VALERIANO, D. L. Gerenciamento Estratégico e Administração por Projetos.** São Paulo: Makron Books, 2001.

**VARGAS, R. V. Gerenciamento de Projetos: estabelecendo diferenciais competitivos.** 7. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2009.

## APÊNDICES

## APÊNDICE – A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

### Dados de identificação

Nome: \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nível de formação: \_\_\_\_\_

Profissão que já exerceu e atividade/ocupação que exerce no momento:

---



---

De acordo com a Política de Extensão da UFSM (2008), segue o roteiro da entrevista, orientado por cinco grandes dimensões:

### Questões relacionadas a dimensão 1 (política de gestão);

1- Como acontecem os processos de avaliação da extensão universitária no âmbito da UFSM?

2- A política de gestão da UFSM estabelece princípios para a avaliação da extensão universitária?

3- A UFSM possui um instrumento de avaliação da extensão universitária com critérios bem definidos, com uma metodologia capaz de identificar o que se quer avaliar; o grau e quantidade do planejado e do executado; o alcance e impacto das ações junto ao público beneficiário?

4- O que você considera importante num instrumento de avaliação? O que ou a quem ele deve atender?

5- A Pró-Reitoria de Extensão da UFSM tem ou tinha o total conhecimento e registro de todos os projetos de extensão, ou reconhece haver ações isoladas de alguns professores-coordenadores?

6- Você concorda que é relevante para uma Instituição do tamanho da UFSM, ter um instrumento de avaliação das ações de extensão, que possa ser aplicado a cada um dos projetos pela Comissão de Avaliação?

7- Em sua percepção, um instrumento de avaliação pode contribuir para a Pró-Reitoria de Extensão da UFSM, no intuito de selecionar os projetos que realmente se destinam à extensão daqueles que serão meramente prestação de serviços?

8- Você considera importante a prestação de serviços realizada pela Instituição?

9- Em se tratando de fundos de investimento na extensão, você considera viável destinar uma parte da renda provinda da prestação de serviços que a UFSM realiza, para o financiamento das ações de extensão?

10- No que se refere ao período adequado de avaliação das ações extensionistas, você considera mais adequado que sejam realizadas semestralmente ou anualmente? Por quê?

### **Questões relacionadas a dimensão 2 (infraestrutura);**

11- Pensando em ambientes físicos, a UFSM possui locais adequados para a prática da interação com a sociedade para a realização de projetos, programas e ações extensionistas?

12- No que se refere a infraestrutura tecnológica, na sua visão e por sua experiência na área, você considera relevante a Pró-Reitoria de extensão estar ciente dos projetos, programas e ações de extensão que ocorrem na Instituição?

13- Você considera relevante, mesmo que os recursos sejam externos, essas informações estarem disponibilizadas no Sistema de Informações Educacionais-SIE? Ou seja, assim que o coordenador registrar o projeto, essas informações entrem na caixa de entrada da Pró-Reitoria?

### **Questões relacionadas a dimensão 3 (relação universidade-sociedade);**

14- No seu entendimento, a UFSM disponibiliza para a sociedade conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, infraestrutura material e recursos humanos para a elaboração e implementação das políticas públicas voltadas ao benefício da população?

15- Você concorda que a extensão bem-feita, pode gerar políticas públicas?

16- No seu ponto de vista, as ações de extensão devem atuar sozinhas na reversão dos problemas que afetam a população, ou devem ser construídas em conjunto com o outro, numa busca constante de aprendizado mútuo?

17- Você acha que um instrumento de avaliação é capaz de detectar se um projeto de extensão numa determinada comunidade é benéfico para ambos ou é apenas uma forma de militância da Universidade?

18- Concorda que a UFSM articula ações de interesse comum entre universidade e sociedade, de caráter artístico, cultural, educativo, tecnológico e/ou científico e que ela atende as demandas gerais da população?

19- Para você, o que é extensão universitária?

20- Você entende que a extensão universitária da UFSM está adequada ao que a Instituição merece?

21- Que extensão universitária você considera adequada para a UFSM?

#### **Questões relacionadas a dimensão 4 (plano acadêmico);**

22- No seu entendimento, seria oportuno e viável o desenvolvimento de um Congresso de Extensão na UFSM?

23- Sobre o incentivo a criação de Núcleos Temáticos de Extensão junto às Unidades e Subunidades, você acredita que isso ocorre na prática ou não passa de práticas isoladas?

24- Na sua concepção, existe no âmbito da UFSM, um equilíbrio entre ensino-pesquisa e extensão?

25- Como a extensão universitária poderia ser mais atrativa aos acadêmicos e se equiparar com a área da pesquisa por exemplo?

26- Você acredita que uma avaliação bem construída, poderia ajudar a extensão se desenvolver, e também proporcionar mais pesquisas dentro dessas ações, contribuindo assim com o ensino de uma forma geral?

27- Referindo-se ao plano e prazo de formação acadêmica, no seu modo de pensar, você concorda que os projetos ou ações de extensão devem ser longos ou curtos?

#### **Questão relacionada a dimensão 5 (produto acadêmico);**

28- Considerando que muitos professores e alunos não possuem perfil extensionista, você considera que os 10% da carga horária discente atribuída a atividades de extensão, pode trazer melhorias ou apenas vai criar opiniões contrárias (rotas de colisão) e conseqüentemente, uma diminuição na qualidade das ações?

29- Você considera importante para a formação acadêmica, a criação de escolas ou cursos de formação em projetos e ações de extensão?

30- Se tratando de produto acadêmico, você concorda que um instrumento de avaliação sistêmico, dinâmico e facilitador, pode melhorar o andamento das ações de extensão, desenvolvendo centros ou grupos de pesquisa, gerando acréscimos de qualidade na formação dos alunos?

31- Dentre os importantes benefícios da extensão ao acadêmico envolvido, está a busca de competências, através da pesquisa e da extensão. O processo de aprendizagem passa a basear-se e



a depender de observações próprias, de atitudes flexíveis, questionadoras, que decorrem do diálogo e da interação com a realidade, para compreendê-la e transformá-la.

Refletindo sobre esse aspecto, você acredita haver indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no âmbito da UFSM? O que você propõe para melhorar essa realidade?

**APÊNDICE – B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**Título do estudo:** Extensão Universitária na UFSM: proposta de um Instrumento de Avaliação

**Pesquisador responsável:** Eron da Silva Domingues

**Instituição/Departamento:** Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA)

**Telefone e endereço:** (55) 96496412, Rua Henrique Witeck, 705, APT 702, Bairro Witeck, Cep: 98300-000, Palmeira das Missões-RS

**Local da coleta de dados:** Universidade Federal de Santa Maria

Eu, Eron da Silva Domingues, responsável pela pesquisa Extensão Universitária na UFSM: proposta de um Instrumento de Avaliação, o convido a participar como voluntário deste estudo. Esta pesquisa pretende propor um Instrumento de Avaliação para as Ações de Extensão da UFSM. Acredito que ela seja importante pois o desenvolvimento de Instrumento de Avaliação poderá contribuir para a UFSM obter uma Extensão Universitária forte, fidedigna e harmônica com o ensino e a pesquisa. Para sua realização será feita em primeiro plano, uma pesquisa documental e em segundo, entrevistas com especialistas na área de Extensão Universitária. Sua participação no presente estudo, constará sob forma de entrevista semiestruturada. É possível que aconteçam alguns desconfortos ou riscos, como ansiedade e nervosismo. O principal benefício que esperamos ao término do estudo é que o Instrumento de Avaliação das Ações de Extensão seja um facilitador para a UFSM desenvolver com qualidade e dinamismo suas atividades de avaliação das ações de Extensão Universitária. Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com o pesquisador ou com o Conselho de Ética em Pesquisa. Em caso de algum problema relacionado com a pesquisa, você terá o direito à assistência gratuita que será prestada por profissionais da área médica ou de outras áreas conforme a necessidade, sem prejuízo ou qualquer oneração. Você tem garantido a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão. As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão ser divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação. Também poderão ser utilizadas imagens e gravações de áudio. Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão

assumidos pelo pesquisador. Fica, também, garantida indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

### **AUTORIZAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade, bem como de esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do voluntário

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

Local, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

## APÊNDICE – C- UNIDADES DE SIGNIFICADO

1- extensão	85- diretrizes	168- eixos da extensão
2- autonomia	86- debates	169- formação pedagógica
3- controle	87- LDB	170- sinalizador
4- universidade	88- FORPROEXT	171- propósitos
5- informatização	89- participação	172- previsão
6- sistema	90- tecnologias	173- execução
7- subunidade	91- instrumento	174- qualidade de vida
8- unidade	92- financeiro	175- bem-estar
9- departamento	93- comunidade	176- missão
10- curso	94- desafios	177- visão
11- administração	95- construção	178- operacionalização
12- registro	96- processos	179- parcerização
13- ensino	97- desenvolvimento	180- pró-atividade
14- pesquisa	98- SIE	181- impacto e transformação
16- projeto	99- inovação	182- interação dialógica
17- avaliação	100- extensionista	183- interdisciplinaridade
18- recursos	101- solidária	184- exclusão
19- financiamento	102- trabalho	185- inovação
20- orçamento	103- recursos públicos	186- processo educativo
21- gestão	104- recursos privados	187- cultura
22- política	105- cultura	188- assistência
23- construção coletiva	106- relatórios	189- papel problematizador
24- troca de conhecimento	107- distribuição de recursos	190- transformação social
25- carências	108- interação com a comunidade	191- solidariedade

26- construção do conhecimento	109- políticas públicas	192- ação cidadã
27- dificuldades	110- demandas da sociedade	193- ações temáticas
28- critérios	111- interações institucionais	194- tecnologia social
29- controle	112- aprendizado social	195- produção científica
30- particularidades	113- conhecimento popular	196- projeto piloto
31- dimensões	114- conhecimento sistematizado	197- incubadora social
32- currículo	115- política institucional	198- contemporaneidade
33- bolsas de extensão	116- procedimentos metodológicos	199- capacidade de ação
34- interdisciplinaridade	117- equilíbrio	200- produção tecnológica
35- aprendizado	118- padronização	201- convivência extra-muros
36- benefícios	119- áreas temáticas	202- renovação de conhecimento
37- ação participativa	120- público-alvo	203- valores democráticos
38- prestação de serviços	121- ações padronizadas	204- igualdade
39- objetividade	122- UFSM	205- assistencialismo
40- câmara de extensão	123- Política de extensão	206- PPPs
41- ações descentralizadas	124- planejamento	207- núcleos de extensão
42- responsabilidades	125- orçamento	208- escola pública
43- fundos de extensão	126- indicadores de controle	209- comunicação
44- continuidade	127- programas de extensão	210- desenvolvimento regional
45- transparência	128- infraestrutura	211- justiça
46- comissões de extensão	129- capacidades	212- esportes
47- política de gestão da extensão	130- sociedade	213- meio ambiente

48- Pró-Reitoria de extensão	131- demandas	214- educação
49- sistema institucional	132- conhecimento	215- saúde
50- avaliar	133- reconhecimento	216- trabalho
51- linha de extensão	134- agência de extensão	217- auditoria
52- articulação	135- MEC	218- controladoria
53- coordenação	136- fomentos	219- educação especial
54- formação acadêmica	137- flexibilidade	220- educação profissional
55- IDR	138- diálogo	221- educação técnica
56- bolsistas	139- indissociabilidade	222- emprego e renda
57- acompanhamento de projetos	140- flexibilização	223- gestão institucional
58- execução financeira	141- sociedade	224- gestão pública
59- ações centralizadas	142- política de extensão	225- relações públicas
60- base de informações	143- avanços	226- saúde familiar
61- segurança dos dados	144- construção	227- segurança alimentar
62- empoderamento	145- sistema de avaliação	228- recursos hídricos
63- PDI	146- deficiência de gestão	229- recursos naturais
64- desenvolvimento institucional	147- proposta de avaliação	230- recursos humanos
65- impacto de ações	148- participativa	231- tecnologia da informação
66- efetividade	149- GAP	232- segurança pública
67- ações estratégicas	150- FIEEX	233- turismo
68- sistema centralizado	151- acompanhamento	234- defesa social
69- competências	152- interagir	235- mídia
70- vocação institucional	153- colaboração	236- música
71- perfil da comunidade	154- cooperação	237- arte
72- sistema de gestão	155- registros	238- propriedade intelectual
73- nível institucional	156- fundo de extensão	239- estratégias de ensino

74- visibilidade	157- memória da extensão	240- grupos sociais
75- cruzamentos	158- arquivo	241- grupos vulneráveis
76- unificação de informações	159- material	242- clareza
77- perfil extensionista	160- história	243- objetivos comuns
78- PNE	161- legitimidade	244- EAD
79- avaliação externa	162- registro institucional	245- ciclo de debates
80- CGU	163- universidade	246- seminários
81- integralização	164- ensino superior	247- congressos
82- grade curricular	165- demandas sociais	248- metas
83- semestralização	166- desenvolvimento humano	249- diagnóstico
84- tecnologias	167- atividade profissional	250- flexibilização curricular